

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELA SOUZA JULIO

**O POSICIONAMENTO DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES DURANTE A PRIMAVERA
ÁRABE: NOVO IMPULSO À RETÓRICA PAN-ARABISTA OU
INSTRUMENTALIZAÇÃO EXTRARREGIONAL?**

Porto Alegre

2018

ISABELA SOUZA JULIO

**O POSICIONAMENTO DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES DURANTE A PRIMAVERA
ÁRABE: NOVO IMPULSO À RETÓRICA PAN-ARABISTA OU
INSTRUMENTALIZAÇÃO EXTRARREGIONAL?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Julio, Isabela Souza

O Posicionamento da Liga de Estados Árabes durante a Primavera Árabe / Isabela Souza Julio. -- 2018.

70 f.

Orientador: Paulo G. Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Liga de Estados Árabes. 2. Primavera Árabe. 3. Oriente Médio. 4. Instituição. 5. Pan-Arabismo. I. Visentini, Paulo G. Fagundes, orient. II. Título.

ISABELA SOUZA JULIO

**O POSICIONAMENTO DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES DURANTE A PRIMAVERA
ÁRABE: NOVO IMPULSO À RETÓRICA PAN-ARABISTA OU
INSTRUMENTALIZAÇÃO EXTRARREGIONAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Graduação em Relações Internacionais da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do título
Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Profa. Me. Carla Andréia Ronconi Holand
UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre tema tão complexo e, aparentemente distante da realidade brasileira, foi um grande desafio. Felizmente, ao longo desses cinco anos de graduação tive acesso às ferramentas necessárias para desenvolver um trabalho de conclusão de curso de qualidade e compatível com os aprendizados que obtive durante esse período.

Essas ferramentas, no entanto, não foram acessadas por mérito ou sorte e certamente a conquista desse sonho é partilhada com muitas pessoas. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, minhas principais inspirações, que durante toda minha vida me forneceram todo o suporte necessário para que eu pudesse acessar uma educação de qualidade. Mais do que isso, me possibilitaram a descoberta da vida longe de casa e o apoio emocional, apesar de toda saudade, que foi imprescindível para que eu pudesse viver de forma plena a vida universitária. À minha irmã, que foi e é minha inspiração e durante boa parte desses cinco anos dividiu absolutamente tudo comigo, desde a saudade de casa até a sua própria casa. Agradeço a minha família, que sempre me recebeu com sorrisos quando das minhas voltas para casa, aos meus amigos que ficaram em Chapecó, a aqueles que, assim como eu decidiram se aventurar em outras terras e encontraram em Porto Alegre sua segunda casa e ao meu namorado que, mesmo de longe sempre foi companhia presente.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a mãe UFRGS que me proporcionou os melhores anos da minha vida, oferecendo, enquanto instituição pública, uma educação de excelência e proporcionado acesso a formação cidadã. Aos professores e professoras que exercem tão bela profissão e contribuíram para a minha formação enquanto analista de relações internacionais com pensamento crítico e responsável diante da complexidade internacional, em especial ao meu orientador, que desde o terceiro semestre de curso me proporcionou acesso à pesquisa acadêmica e tanto me ensinou. Aos funcionários e funcionárias da FCE, parceiros dos estudantes para todos os projetos de extensão. E por falar em projetos de extensão, agradeço a existência de todos os projetos de extensão das RI, mas um agradecimento especial aos que embarcaram comigo na aventura de fundar e respirar a Atlântica, muito obrigada. Por fim, um muito obrigada já saudoso da família que eu construí dentro da Universidade, amigas e amigos que fizeram dessa experiência a mais incrível, e os quais eu levo para o resto da vida.

*“Il n’y a rien de plus émouvant que de voir qu’un
peuple recouvrer sa liberté après avoir subi le joug du
despotisme et retrouver sa fierté après des années
d’humiliation”*

- Bensaada, 2015, p. 2.

-

RESUMO

A partir do final de 2010, a região do Oriente Médio e Norte da África viu o surgimento de uma série de manifestações populares que ficaram conhecidas como o movimento da Primavera Árabe, marcando um ponto de inflexão na geopolítica da região. O movimento foi interconectado e transnacional, mas suas causas, consequências e resultados foram diversos em cada país. Politicamente, as reivindicações populares foram direcionadas contra os regimes autoritários que por décadas dominaram a vida política dos seus países, mas nas sociedades havia também transformações estruturais que foram absolutamente necessárias para que o movimento irrompesse. Ademais, a influência externa foi determinante para a dimensão e a forma como o movimento transcorreu. Diante dessa conjuntura, torna-se relevante analisar os posicionamentos da Liga de Estados Árabes, instituição criada em 1945 e que hoje reúne vinte e dois países árabes, na medida em que a dinâmica regional foi substancialmente alterada nesse contexto, como pode ser observado, por exemplo, a partir dos casos da Tunísia, Egito, Líbia e Síria. Posicionamentos advindos dessa instituição foram importantes durante esse processo, uma vez que influenciaram substancialmente os desdobramentos dos eventos em alguns países específicos, como Líbia e Síria, além de terem reavivado o debate acerca da relevância da Liga Árabe no contexto regional.

Palavras-chave: Liga de Estados Árabes; Primavera Árabe; Oriente Médio; Teoria Institucionalista; Pan-Arabismo.

ABSTRACT

From the end of 2010, the Middle East and North Africa region saw the emergence of a series of popular uprisings that became known as the Arab Spring movement, establishing a turning point in the region geopolitics. The movement was interconnected and transnational, but its causes, consequences and results were diverse in each country. Politically, popular claims were against authoritarian regimes that for decades dominated the political life of their countries, but in the societies there were also structural transformations that were absolutely necessary for the movement to break out. In addition, the external influence was determinant for the dimension and the way the movement happened. Given this situation, it is relevant to analyze the positions of the League of Arab States, an institution created in 1945, that today brings together twenty-two Arab countries, as the regional dynamics were substantially changed in this context, as it can be observed, for example, from the cases of Tunisia, Egypt, Libya and Syria. Positions arising from this institution were important during this process, as they substantially influenced the developments in some specific countries, such as Libya and Syria, as well as revived the debate about the relevance of the Arab League in the regional context.

Keywords: League of Arab States; Arab Spring; Middle East; Institutional Theory; Pan-Arabism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados membros da Liga Árabe.....	20
Figura 2 – Países que enfrentaram a Primavera Árabe	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Demográficos por país - Idade Média (anos), Taxa de Alfabetização, Taxa de Fecundidade, Taxa de Desemprego Total e Taxa de Desemprego entre 15-24 anos (%).....30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFPAT	- Acordo para Facilitação e Promoção do Comércio Intra-Árabe
AYM	- <i>Alliance Youth Movements</i>
CGC	- Conselho de Cooperação do Golfo
CGN	- Conselho Geral Nacional
CNT	- Conselho Nacional de Transição
CSNU	- Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GAFTA	- Grande Área Árabe Ampliada de Livre Comércio
LA	- Liga de Estados Árabe
MCA	- Mercado Comum Árabe
OI	- Organização Internacional
OIG	- Organização Intergovernamental Internacional
ONGs	- Organização Não Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PLJ	- Partido Liberdade e Justiça
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	- Reagrupamento Constitucional Democrático
TJDEC	- Tratado da Junta de Defesa e Cooperação Econômica
TTC	- Tratado Sobre Trânsito Comercial
UGA	- União do Magreb Árabe
UGTT	- União Geral Tunisiana de Trabalhadores
ZEA	- Zona de Exclusão Aérea

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A LIGA DE ESTADOS ÁRABES: DA SUA ORIGEM ATÉ A PRIMAVERA ÁRABE	13
2.1.	A ORIGEM DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES: O PENSAMENTO SOBRE O NACIONALISMO ÁRABE.....	13
2.2.	A CRIAÇÃO DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES (1945): UNIÃO OU COOPERAÇÃO?	16
2.3.	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	22
3	O MOVIMENTO DA PRIMAVERA ÁRABE	25
3.1.	A PRIMAVERA ÁRABE: DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO MUNDO ÁRABE AO MOVIMENTO TRANSNACIONAL	25
3.2.	AS PARTICULARIDADES DA PRIMAVERA ÁRABE: TUNÍSIA, EGITO, LÍBIA E SÍRIA.....	34
3.2.1.	Tunísia: o prelúdio da Primavera Árabe	35
3.2.2.	Egito: regionalização da Primavera Árabe	37
3.2.3.	Líbia: a erosão de um regime e de um Estado.....	40
3.2.4.	Síria: da Primavera Árabe ao inverno sírio	42
3.3.	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	44
4	A LIGA DE ESTADOS ÁRABES NO CONTEXTO DA PRIMAVERA ÁRABE: NOVO IMPULSO OU FERRAMENTA DE INTERESSES EXTERNOS?.....	46
4.1.	O POSICIONAMENTO DA LIGA ÁRABE NO CONTEXTO LÍBIO: SUSPENSÃO LÍBIA E INTERVENÇÃO INTERNACIONAL.....	48
4.2.	O LONGO INVERNO SÍRIO, AS SANÇÕES ECONÔMICAS E SUSPENSÃO DA LIGA ÁRABE	51
4.3.	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXO A – MAPA POLÍTICO LÍBIO (JULHO, 2018).....	65
	ANEXO B – MAPA POLÍTICO SÍRIO (SETEMBRO, 2018)	66
	ANEXO C – SÍRIA - MAPA E DADOS.....	67
	ANEXO D – SÍRIA –LINHA DO TEMPO	68

1 INTRODUÇÃO

Criada em 1945 a Liga de Estados Árabes tem sido alvo constante de críticas ao longo da sua história no que tange a sua eficácia enquanto uma instituição árabe representante dos interesses comuns dos vinte e dois Estados que hoje a compõem. Tais críticas e considerações, no entanto, foram desafiadas durante o último grande evento que desestabilizou as estruturas árabes, a Primavera Árabe, no qual a instituição apresentou, pelo menos em alguns casos pontuais, comportamento mais ativo do que vinha demonstrando ao longo dos anos, cuja atuação vinha sendo eminentemente simbólica. Entretanto, a instabilidade interna dos países que a compõem, bem como a sua fraqueza institucional não sustentou os posicionamentos da organização durante os desdobramentos desse movimento. Desta forma, é a partir desta problemática e na preocupação de analisar os fenômenos da Primavera Árabe a partir de uma perspectiva regional que esse trabalho monográfico de conclusão de curso adquire forma e tenta contribuir para futuras discussões acerca do tema.

O presente trabalho monográfico possui como objetivo geral analisar, a partir de pesquisa descritiva e explicativa qual foi o papel da Liga de Estados Árabes durante os protestos que inflamaram alguns países da região do Oriente Médio e Norte da África e ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Para tanto, dentre os objetivos específicos que auxiliarão no alcance do objetivo geral, estão: (i) apresentar a origem e estrutura da Liga de Estados Árabes, objetivo eminentemente descritivo; (ii) conceituar e contextualizar o movimento da Primavera Árabe, atribuindo um foco específico ao caso egípcio; e (iii) identificar quais foram os principais posicionamentos da instituição árabe durante o período referido, verificando quais foram as consequências dessa postura nos seus contextos específicos e para a Liga Árabe.

Como metodologia de pesquisa foram utilizados procedimentos metodológicos de pesquisa histórica e técnicas como análise de fontes primárias, a partir de pesquisa documental como a Carta do Pacto da Liga de Estados Árabes e discursos proferidos no âmbito desta instituição, e de fontes secundárias, como pesquisa bibliográfica em artigos e livros que fazem referência ao tema desse trabalho. Além desses, ainda se recorreu a notícias sobre os acontecimentos relevantes desse período a partir de canais da imprensa regionais e internacionais.

O tema em questão será desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa essencialmente qualitativa e será conduzido a partir de uma perspectiva teórica institucionalista das

relações internacionais, uma vez que serão analisados, sobretudo, os posicionamentos da instituição como um organismo supranacional dos Estados árabes que une a nível regional os interesses dos seus Estados membros. Tal abordagem proporciona uma análise estrutural, e não apenas conjuntural dos acontecimentos, uma vez que se torna necessária uma análise histórica desde a criação da Liga de Estados Árabes até sua atuação presente, perpassando, principalmente pela questão da integração árabe e da utopia pan-arabista para o alcance de uma compreensão abrangente desta organização durante o fenômeno da Primavera Árabe.

No primeiro capítulo, pretende-se apresentar o contexto de criação da Liga de Estados Árabes, seus princípios e ideais fundadores e sua estrutura organizacional. Para tanto, serão apresentados conceitos como nacionalismo árabe, definido a partir dos elementos chave do seu pensamento ideológico e político, e integração regional, essenciais para a compreensão do nascimento e atuação dessa instituição a nível regional. Ademais, a fim de balizar teoricamente o trabalho, será apresentada brevemente a teoria institucionalista de relações internacionais, uma vez que o foco da pesquisa é centrado na instituição da Liga Árabe.

Já no segundo capítulo será apresentado, de maneira geral, conceitual e contextualmente o que constituiu o fenômeno da Primavera Árabe e, de forma específica será realizada uma breve apresentação das causas, desdobramentos e consequências pontuais desse movimento em países considerados chave para uma compreensão mais abrangente do movimento como um todo e essenciais para o desenvolvimento do terceiro e último capítulo, a saber: Tunísia, Egito, Líbia e Síria.

Particularmente, o estudo do caso egípcio vem contribuir para o desenvolvimento desse trabalho na medida em que as manifestações nos países árabes tiveram impulso, principalmente, a partir dos acontecimentos verificados no Egito. Apesar de esse movimento ter iniciado na Tunísia no final de 2010, foi a partir das manifestações na Praça Tahir no Cairo, que se verificou uma generalização dos levantes pelo mundo árabe, com uma influência do modo de “revolução exportada” às demais sociedades árabes que “aderiram” a tal movimento.

Por fim, o terceiro capítulo desse trabalho monográfico tem por objetivo identificar e apresentar os principais posicionamentos da instituição analisada no que tange ao movimento da Primavera Árabe, buscando analisar de que forma tais posicionamentos, identificados por meio de discursos, documentos oficiais e resoluções no âmbito da organização impactaram na dinâmica interna e regional dos países árabes. Ademais, essa seção do trabalho pretende verificar se tais

posicionamentos convergiram ou não com os princípios fundadores desta instituição, os quais serão apresentados no primeiro capítulo.

A hipótese central do trabalho é de que a Liga de Estados Árabes teve um papel relevante em casos pontuais, mas que, de maneira ampla, seu comportamento foi essencialmente inoperante durante todo o contexto da Primavera Árabe. Tal comportamento seria devido às divergências intra-Liga e à própria conjuntura interna - e, conseqüentemente regional - enfrentada pelos seus principais expoentes. Como aponta Mujahid (1963), desde a formação da Liga de Estados Árabes a instituição foi composta por Estados membros diversos e com interesses por vezes divergentes no que se refere aos assuntos comuns aos países árabes. Alguns elementos se destacaram como pontos de convergência entre os países durante a história da Liga Árabe, como a situação da Palestina e o nacionalismo árabe, no entanto, de forma geral o mundo árabe ainda está longe de ter interesses unos.

Por fim, destaca-se a relevância do trabalho para a contribuição de pesquisas futuras sobre o mundo árabe que partam ou não de uma perspectiva institucional das relações internacionais, bem como do fenômeno da Primavera Árabe, e uma melhor compreensão dessa região a partir de uma perspectiva crítica desenvolvida pelo Brasil.

2 A LIGA DE ESTADOS ÁRABES: DA SUA ORIGEM ATÉ A PRIMAVERA ÁRABE

Criada em 22 de março de 1945, a Liga de Estados Árabes (LA) tem sua origem no contexto global do final da Segunda Guerra Mundial e início da bipolaridade no sistema internacional. Sua atuação ao longo dos anos tem sido criticada pela falta de posicionamentos ativos com relação aos diversos temas que concernem aos vinte e dois países árabes que atualmente a compõem. Nesse trabalho, especificamente, analisar-se-á a atuação da Liga Árabe em uma conjuntura específica, a qual que representou um desafio à retórica pan-arabista desta instituição, nomeadamente a Primavera Árabe.

Neste primeiro capítulo, como forma de atender a um dos objetivos específicos desse trabalho, notadamente o objetivo (i) apresentar a origem e estrutura da Liga de Estados Árabes, pretende-se justamente apresentar a instituição em questão, abordando os condicionantes históricos da sua criação, seus princípios fundadores e sua estrutura organizacional, passando por conceitos-chave da sua concepção tais como nacionalismo árabe e integração regional.

Além disso, nesse primeiro capítulo será realizada uma breve apresentação teórica sobre organizações internacionais, a partir de conceitos e definições de Herz e Hoffman (2004), além de uma breve discussão sobre a perspectiva institucionalista das Relações Internacionais, na qual irá se basear essa pesquisa, retomando o trabalho de Keohane (1988).

2.1. A ORIGEM DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES: O PENSAMENTO SOBRE O NACIONALISMO ÁRABE

A origem da Liga de Estados Árabes como instituição conciliadora dos interesses dos países árabes remete ao nascimento do chamado nacionalismo árabe enquanto posicionamento político de identidade, integração e unificação dos países árabes recém-formados após anos de dominação externa.

Para a definição do conceito de nacionalismo árabe, Seeberg (2007) parte da compreensão desenvolvida por Sati Al-Hursi¹, um dos expoentes do pensamento árabe no século XX e

¹ Sati al-Hursi (1880-1967) foi um pensador sírio considerado um dos expoentes sobre o pensamento pan-árabe e influência para a criação de diversos partidos políticos pan-árabes criados ao longo do século XX. Segundo ele, os fatores chave para a criação de uma nação árabe sólida eram a língua comum e a histórica (AL JAZEERA, 2008).

participante ativo da criação da Liga de Estados Árabes. A partir desse pensamento, o autor estabelece dois processos principais, os quais tiveram grande influência para o desenvolvimento do nacionalismo árabe: (i) a busca pelas raízes árabes; e (ii) o desenvolvimento de movimentos políticos que concretizaram o nacionalismo árabe na forma de organizações.

A partir de uma análise histórica, Mujahid (1963) introduz o conceito de nacionalismo árabe como sendo, inicialmente um movimento intelectual coeso e centrado na busca pela identidade do povo árabe por meio do estudo da língua, história e cultura árabes. O autor pontua que o nascimento do nacionalismo árabe, ocorrido no final do século XIX, baseou-se no seguinte tripé: (i) estudo linguístico do árabe clássico e da história islâmica; (ii) saudosismo do passado glorioso do Império Árabe-Muçulmano e das suas conquistas; e (iii) resistência política ao Ocidente e ao Império Turco-Otomano (MUJAHID, 1963).

A partir dessa concepção do nacionalismo árabe, um dos expoentes desse pensamento foi Sayyid Jamal al-Din al-Afghani que desenvolve sua análise em duas perspectivas: (i) do nacionalismo regional; e (ii) do pan-Islamismo². O pensamento de al-Afghani ressalta ainda elementos como a afinidade racial e a unidade linguística para justificar o nacionalismo árabe. Discípulos do seu pensamento essencialmente pan-islâmico, Amir Shakib Arsalan e Adib Ishaq, ambos sírios, transformaram esse em um pensamento pan-árabe, dando menor ênfase à dimensão religiosa e transportando do pensamento de Afghani o conceito de *watanya*, o qual se refere ao nacionalismo identificado com cada Estado árabe definido pelas suas fronteiras políticas (MUJAHID, 1963).

Importante ressaltar que é segundo essa vertente do pan-arabismo que serão calcados os princípios fundadores da Liga de Estados Árabes. Isso significa que essa instituição, como será visto posteriormente, já nasce respeitando a soberania estatal dos seus países membros, ainda que a sua criação tenha sido considerada, em um primeiro momento, como um primeiro passo ou uma fase transitória até a criação de uma grande Nação Árabe (KHADDURI, 1946).

Como é possível perceber, mesmo o pensamento pan-árabe teve suas diferentes correntes e interpretações ao longo da sua história. Da busca pela identidade do povo árabe, o nacionalismo

² Pan-Islamismo se refere ao sentimento de unidade islâmica surgido entre o povo muçulmano durante o século XIX e resultante das contínuas intervenções ocidentais nesses povos durante o período colonial. Segundo Jamal al-Din al-Afghani, líderes do mundo muçulmano buscaram na tradição islâmica as bases para solidificar sua oposição frente às intervenções externas e em favor das independências dos seus países, enfatizando a religião como elemento comum a essas sociedades.

árabe evoluiu até a sua organização em grupos e partidos políticos que institucionalizaram esse pensamento.

O fortalecimento desse pensamento, por conseguinte, não se dá de forma isolada em países específicos. Uma vez dominados pelo Império Turco-Otomano³ ao longo de séculos e, posteriormente pelas potências europeias, principalmente Grã-Bretanha e França por meio do Sistema de Mandatos⁴, o Sistema Árabe de Estados⁵ emerge em meados do século XX com um forte sentimento de unidade.

Apesar desse contexto de emergência e fortalecimento do nacionalismo árabe durante o processo de descolonização na segunda metade do século XX, o pensamento sobre nacionalismo árabe, como visto, tem suas raízes no final do século XIX em discussões de grupos de intelectuais, principalmente sírios e libaneses, que tiveram contato com os ideais ocidentais de nacionalismo. Ao longo dos anos, o pensamento adquiriu um caráter de movimento de unificação e contestação com diferentes vertentes ideológicas, lideranças e partidos, de maneira que esse movimento passou a se desdobrar em outros que clamavam, já no início do século XX na conjuntura pré-Primeira Guerra Mundial, por um “despertar árabe” e pela formação de uma grande “Nação árabe”. No período entre guerras, esse conceito e sentimento do nacionalismo árabe teve impulso significativo e o debate entre os projetos políticos de unidade regional repercutiu nas conversações que precederam a criação da Liga de Estados Árabes em 1945 (FERABOLLI, 2009; MUJAHID, 1963).

Superadas as questões acerca da identidade sociocultural do povo árabe perante o domínio do Império Turco-Otomano e posteriormente das potências europeias, já no século XX emergem as dimensões políticas do pensamento pan-árabe. Como pontua Seeberg (2007, p. 10), “gradualmente, o arabismo político foi enraizado nos movimentos políticos” (tradução nossa)⁶. No entanto, se o reconhecimento de uma identidade linguística, sociocultural e religiosa era elemento

³ Segundo Seeberg (2007), um dos fatores essenciais para a criação do nacionalismo árabe foram as questões relacionadas ao declínio do regime imperial no século XIX. Uma vez que o Império Turco-Otomano era composto por auto-governos dispersos, esses adquiriram autonomia a medida em que as dificuldades de manutenção do Império aumentavam.

⁴ O Sistema de Mandatos foi estabelecido na região do Oriente Médio e Norte da África por meio do Acordo de Sykes-Picot (1916), segundo o qual os países formados a partir do dismantelamento de Império Turco-Otomano passaram a ser controlados indiretamente, política e economicamente pela França e pela Grã-Bretanha (FERABOLLI, 2009).

⁵ No contexto da formação do Sistema Árabe de Estados, a Liga de Estados Árabes definiu na sua Carta de fundação o que seria um Estado Árabe. Segundo o Artigo 1: “Every **independent** Arab State shall have the right to adhere to the League” (PACT OF THE LEAGUE OF ARAB STATES, 1945, tradução e grifo nosso).

⁶ Do original: “Gradually, a political Arabism was rooted in the political movements” (SEEBERG, 2007, p. 10).

de relativa convergência entre as diferentes vertentes do pensamento pan-árabe, as implicações políticas desse ainda permaneciam sob intenso debate⁷.

Reflexos desta divisão podem ser observados nas conversações que precederam a criação da Liga de Estados Árabes, nas quais tanto projetos de uma união político-econômica completa entre países árabes, como projetos de cooperação respeitando a soberania estatal foram propostos (FERABOLLI 2009).

2.2. A CRIAÇÃO DA LIGA DE ESTADOS ÁRABES (1945): UNIÃO OU COOPERAÇÃO?

Após breve apresentação sobre o pensamento fundador da Liga de Estados Árabes, o nacionalismo árabe, parte-se então para o contexto de criação e os antecedentes determinantes para o nascimento desta instituição, além de uma apresentação da sua estrutura organizacional, importante para compreensão do seu *modus operandi* diante das questões regionais.

Como citado na seção anterior, o Sistema Árabe de Estados emergiu apenas em meados do século XX após anos de jugo primeiramente do Império Turco-Otomano e, posteriormente das potências europeias sob o Acordo de Sykes-Picot (1916).

Quando emergiu a Segunda Guerra Mundial, apenas o Iraque havia conseguido atingir sua independência (1932), enquanto os demais países árabes ainda lutavam por essa conquista. Nesse contexto, o avanço da influência dos países do Eixo passou a ameaçar a influência dos Aliados na região que, principalmente na figura da Grã-Bretanha passaram a apoiar a união dos países árabes e suas independências. Assim, influenciados pelas potências europeias, mas também pelo forte nacionalismo árabe, as lideranças árabes passaram a se movimentar no sentido de promover ações concretas rumo à integração árabe (KHADDURI, 1946).

Apesar do projeto de criação da Liga Árabe ter ganhado força apenas em 1945, ações visando uma maior integração entre os Estados árabes já estavam em curso. Em 1931, por exemplo,

⁷ Segundo Seeberg (2007), entre os principais pensamentos ideológicos sobre o arabismo estão o Baathismo no Iraque e na Síria e o Nasserismo no Egito. O primeiro se difere do Nasserismo, pois se refere a unidade árabe e ao socialismo como elementos de construção de um projeto de nação no mundo árabe. Em 1947, o primeiro Partido Baath foi fundado na Síria com o objetivo de promover união e independência frente ao Ocidente para a Nação Árabe. O objetivo estabelecer uma nação árabe unida, dividida até então pelas fronteiras coloniais. Apesar disso, como o autor aponta os movimentos individuais do movimento Baathista muito limitadamente funcionaram com algum grau de alinhamento ou unidade.

foi realizada uma Convenção Árabe na Palestina com o propósito de traçar estratégias contra o crescimento de Sionismo na região. Nessa ocasião, os líderes árabes também formularam alguns direcionamentos que, posteriormente, seriam utilizados para a criação e consolidação regional de partidos e organizações pan-árabes, bem como de sustentáculos para a organização política do mundo árabe, tais como (SEEBERG, 2007):

- I. Os Estados árabes formam um todo indivisível. Assim, a nação árabe não aceita ou reconhece divisões de qualquer natureza;
- II. Os esforços dos Estados árabes devem ser direcionados para a conquista da total independência dentro de uma única comunidade;
- III. A nação árabe rejeita o colonialismo e resistirá contra esse com todos os meios dos quais dispuser (SEEBERG, 2007, p.11).

Importante destacar que, nesse contexto, as principais questões concernentes aos Estados árabes eram a conquista das suas independências e a tentativa de evitar a criação de um Estado judeu em território palestino.

Em 1932 é criado o primeiro partido árabe por ativistas políticos palestinos, o Partido pela Independência Árabe. Em agosto de 1933, é fundada a Liga da Ação Nacionalista, precedendo os movimentos políticos pan-árabes que resultaram na criação da Liga de Estados Árabes (SEEBERG, 2007).

Uma década mais tarde, a partir da preocupação em afastar a região de novos modelos de dominação externa, somada a mobilização em favor da causa palestina, os Estados árabes passam a tomar ações concretas para sua integração regional. Apesar de não ter sido até então um dos expoentes do pan-arabismo, o Egito tem a iniciativa de chamar reuniões paralelas com alguns países árabes para debater sobre projetos de integração. Entre 1943 e 1944, o Egito recebeu autoridades do Iraque, da Transjordânia, da Síria, do Líbano, da Arábia Saudita e do Iêmen para encontros que discutiram quais seriam as aspirações dos países no âmbito de uma integração árabe. Enquanto a Síria⁸, por exemplo, defendia a união de todos os países árabes em um único Estado⁹, a delegação libanesa, declarava disposição de um arranjo que permitisse a cooperação plena entre os Estados árabes. Segundo Khadduri (1946), desses encontros resultaram algumas considerações

⁸ Entre 1958 e 1961, a partir de uma iniciativa síria, a Síria e o Egito formaram a República Árabe Unida (RAU), a qual foi concebida como um esboço do que seria a Grande Nação Árabe.

⁹ Segundo Khadouri (1963), as palavras do então Presidente da Síria na ocasião, Shukri al-Quwatli foram: “A Síria se recusará a ter qualquer bandeira tremulando sob o seu céu que não seja a sua própria, com exceção da bandeira de uma União Árabe” (tradução nossa) (KHADDURI, 1946, p. 95).

importantes acerca da integração árabe, tais como: (i) uma completa união não poderia ser concluída sob das circunstâncias vigentes, nem mesmo sob a forma de uma federação; (ii) a Liga Árabe deveria ser estabelecida e composta apenas por países árabes independentes; e (iii) seu objetivo seria mediar qualquer disputa que poderia emergir entre dois ou mais Estados membros (BBC, 2011; KHADDURI, 1946).

Nesse ínterim, seis comitês foram criados para estudar os vários aspectos da integração entre os Estados árabes tais como assuntos de cunho político, social, cultural e econômico. A um desses seis Comitês coube à responsabilidade de iniciar o desenho do pacto de criação da nova organização e a convocação para a Conferência de Criação da Liga Árabe. A partir desses, duas resoluções iniciais foram adotadas: (i) proibição do uso da violência entre quaisquer Estados membros; e (ii) nenhum Estado árabe poderia entrar em acordos internacionais com potências externas que pudessem divergir dos interesses da comunidade árabe (KHADDURI, 1946).

O debate levantado acerca das dimensões políticas do nacionalismo árabe, principalmente durante a década de 1940, repercutiu durante a Conferência de Alexandria, convocada pelo então Primeiro Ministro egípcio Mustafa al-Nahas e realizada em 22 setembro de 1944 no Egito, na qual a principal questão discutida foi a estrutura da Liga Árabe a ser criada. Nessa ocasião os países participantes foram Egito, Iraque, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Iêmen e Transjordânia e o documento resultante dessa conferência foi o Protocolo de Alexandria, o qual definiu das bases do que seria a Liga Árabe (FERABOLLI, 2009). Como resultado desse debate foi criada em 22 de março de 1945 a Liga de Estados Árabes, instituição com ênfase na coordenação e na cooperação entre os Estados árabes, fundamentada na Carta do Pacto da Liga Árabe, assinada por Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Transjordânia e Iêmen. Segundo o documento assinado, o objetivo da intuição seria:

“Com o objetivo de fortalecer as relações e numerosos laços que ligam os Estados árabes, E com a preocupação de cimentar e reforçar esses laços nas bases do respeito pela independência e soberania de cada Estado,
E a fim de direcionar seus esforços para o bem-estar de todos os Estados árabes, sua riqueza comum, a garantia de seu futuro e a realização das suas aspirações, (...) (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945, tradução nossa) ¹⁰.

¹⁰ Do original: “(...)With a view to strengthen[ing] the close relations and numerous ties which bind the Arab States, And out of concern for the cementing and reinforcing of these bonds on the basis of respect for the independence and sovereignty of theme Stated, And in order to direct their efforts toward[s] the goal of the welfare of all the Arab States, their common weal, the guarantee of their future and the realization of their aspirations (...) (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945).

Apesar de existirem diferentes projetos políticos regionais relacionados ao nacionalismo árabe, desde a ideia de uma unificação total entre os países até uma cooperação intra-árabe, a criação da Liga foi considerada um primeiro passo para a realização da utopia pan-arabista de criação de um Estado Árabe Unido. No entanto, não apenas os diferentes projetos acerca do nacionalismo árabe, mas também a composição da Liga formada a partir de diferentes regimes políticos, estruturas sociais e até mesmo ambições pessoais de líderes políticos impuseram dificuldades desde o início à atuação eficaz desta instituição e ao sonho de um Estado pan-árabe (FERABOLLI, 2009; MUJAHID, 1963).

Apesar da retórica de unificação, o que se verifica na Carta de fundação desta instituição é um objetivo claro de aproximação e coordenação de ações entre os seus Estados membros, respeitando a soberania estatal de cada um, tal como pode ser observado no seu Artigo 2:

“O propósito da Liga é estabelecer relações próximas entre os Estados-membros e coordenar suas atividades políticas com o objetivo de realizar uma estreita colaboração entre eles, salvaguardar sua a independência e soberania, e abordar, de maneira geral, os assuntos e interesses dos países árabes (...)” (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945, tradução nossa)¹¹.

Segundo Kruse (2015), Egito, Síria, Arábia Saudita, Iraque, Líbano, Iêmen e Transjordânia, os Estados fundadores da instituição concordaram em fortalecer a cooperação, coordenação e segurança coletiva entre o mundo árabe, apesar de não estarem dispostos a sacrificar suas soberanias por isso.

Dada a sua criação, atualmente, a Liga Árabe é composta por uma Cúpula, um Conselho, uma Comissão, Comitês Permanentes e Secretaria Geral. O Conselho é composto por representantes de todos os Estados membros (22), geralmente Ministros das Relações Exteriores, seus representantes ou delegados permanentes, cada um tendo direito a um voto. O Conselho se reúne duas vezes ao ano, normalmente em março e em setembro, pode convocar sessões especiais a partir da solicitação de pelo menos dois dos seus membros e é o órgão com maior poder de decisão dentro da instituição. Os Comitês Permanentes são cinco e são responsáveis pela elaboração de

¹¹ Do original: “Article 2: The purpose of the League is to draw closer the relations between member States and coordinate their political activities with the aim of realizing a close collaboration between them, to safeguard their independence and sovereignty, and to consider in a general way the affairs and interests of the Arab countries (...)” (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945).

planos diversos nas áreas política, econômica, social e cultural. Os assuntos gerais são tratados pela Secretaria Geral, sendo esse o corpo administrativo da Liga e o corpo executivo do Conselho, o qual é liderado por um Secretário Geral indicado pelo Conselho para um mandato de cinco anos e renovável. Desde julho de 2016 o egípcio Ahmed Aboul Gheit ocupa esse cargo na instituição. O procedimento de votação da organização estabelece que a unanimidade seja a regra geral. No entanto, decisões do Conselho aprovadas por maioria não são vinculantes e se aplicam apenas aos Estados que votaram favoráveis. Além dos 22 Estados membros, a Liga Árabe ainda possui quatro países observadores: Eritreia, Índia, Brasil e Venezuela (BBC NEWS, 2017; CASTRO, 2014; KRUSE, 2015).

Atualmente 22 países do continente africano e asiático compõem a Liga. Por ordem cronológica de entrada na organização, os Estados são: Egito (1945), Líbano (1945), Síria (1945 - suspensa desde 2011), Arábia Saudita (1945), Iraque (1945), Jordânia (1945), Líbia (1953), Sudão (1956), Marrocos (1958), Tunísia (1958), Kuwait (1961), Argélia (1962), Iêmen (1968), Bahrein (1971), Catar (1971), Emirados Árabes Unidos (1971), Omã (1971), Mauritânia (1973), Somália (1974), Palestina (1976), Djibouti (1977) e Comores (1993). A composição da Liga pode ser visualizada no mapa abaixo:

Figura 1 – Estados membros da Liga Árabe



Fonte: BBC, 2017.

A luz da teoria, o nascimento da Liga de Estados Árabes marca também o nascimento de uma organização intergovernamental internacional (OIG) como uma forma institucionalizada para a realização da cooperação internacional, na medida em que estabelece um conjunto de normas, regras e procedimentos para o desenvolvimento regional, a resolução de disputas, ajuda humanitária, entre outros. Esse modelo ainda inclui o multilateralismo, ou seja, a “coordenação entre três ou mais Estados de acordo com um conjunto de princípios, lidando com problemas cada vez mais complexos no campo econômico, político e social, estabelecendo por vezes regimes internacionais¹²” (HERZ e HOFFMAN, 2004, p 11). Considerando ainda que as organizações internacionais podem ser classificadas de acordo com diversos critérios, a Liga Árabe se classifica como uma OI regional. Ademais, destaca-se o contexto do surgimento da Liga Árabe, o qual foi caracterizado por ser um contexto no qual as organizações intergovernamentais regionais proliferaram no cenário internacional¹³ (HERZ e HOFFMAN, 2004).

Sob o amparo da teoria institucionalista das relações internacionais, desenvolvida, sobretudo a partir da década de 1970, a emergência de uma nova configuração do sistema internacional em meados do século XX deve-se, em grande parte, a esse impulso à criação de organizações internacionais. A partir da percepção dos ganhos da cooperação interestatal, as organizações internacionais assumem, a partir de então, o *status* de atores importantes para a arquitetura das relações internacionais.

Segundo Herz (1997), a perspectiva institucionalista é central para a análise em torno de instituições internacionais e o papel dos Estados. Teóricos dessa perspectiva argumentam que as instituições têm o potencial de “estimular a cooperação entre atores racionais egoístas na medida em que reduzem incertezas, diminuem o custo das transações, provêm informações e estabilizam expectativas, modificando assim a relação custo/benefício” (HERZ, 1997). Ademais, de acordo com Keohane (1989), “as instituições não refletem apenas as preferências e o poder das unidades que as constituem; as próprias instituições moldam essas preferências e esse poder. As instituições são, portanto, constitutivas de atores e vice-versa” (KEOHANE, 1989, p. 382).

¹² Regimes internacionais são definidos como conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma área temática (KRASNER, 1982).

¹³ Segundo Herz e Hoffman (2004), a identidade regional, a percepção de que a interdependência econômica em nível regional pode favorecer o desenvolvimento e melhorar as condições da competição internacional e as considerações geoestratégicas são fatores que favorecem esse processo (HERZ e HOFFMAN, 2004, p. 29).

Assim, findada a Segunda Guerra Mundial e tendo sido criada a Liga dos Estados Árabes, a configuração das sociedades árabes já havia sido significativamente modificada. De acordo com Ferabolli (2009, p. 35), “enquanto as elites tradicionais já haviam se associado ao imperialismo europeu, as novas classes desafiavam o status quo na busca da uma nova ordem econômica e social”.

Dada essa conjuntura, a década de 1950 inicia com novo impulso ao nacionalismo árabe, guiado, sobretudo por líderes que emergiram no período entre guerras clamando por uma nova ordem regional autônoma do jugo europeu. Essa nova geração de líderes árabes foi personificada por Gamal Abdel Nasser¹⁴ que ascendeu ao poder no Egito em 1954, utilizando o nacionalismo árabe como ferramenta de projeção de política externa egípcia e de sustentáculo popular do seu governo, marcando o início do nacionalismo árabe moderno em um contexto de bipolaridade do sistema internacional. Um dos últimos líderes árabes pan-arabistas, Nasser simboliza ainda hoje o sonho pan-árabe e o projeto egípcio de ser uma liderança regional (OSMAN, 2013; VISENTINI, 2012). Ademais, é a partir da década de 1950, com a assinatura do Tratado da Junta de Defesa e Cooperação Econômica (TJDEC) que iniciam os esforços da Liga Árabe a fim de promover a cooperação intra-árabe, visando uma promoção conjunta do desenvolvimento econômico. Esse foi o primeiro de uma série de cinco tratados que, nas últimas décadas visaram dar impulso à integração político-econômica intra-árabe. Após o TJDEC, em 1953 é assinado o Tratado sobre Trânsito Comercial (TTC), em 1964, é criado o Mercado Comum Árabe (MCA), e em 1981, o Acordo para a Facilitação e Promoção do Comércio Intra-Árabe (AFPAT), todos os quais falharam em seus objetivos principais. Em 1997 é lançada a Grande Área Árabe Ampliada de Livre Comércio (GAFTA), a qual representa o esforço mais recente em promover a integração econômica na região de Oriente Médio e Norte da África (FERABOLLI, 2009).

2.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do exposto ao longo do primeiro capítulo desse trabalho acerca da formação da Liga de Estados Árabes é possível avançar na análise sobre a interseção entre essa instituição e o movimento da Primavera Árabe.

¹⁴ Naturalmente, a influência de Nasser enquanto o líder do nacionalismo árabe se refletiu na influência do Egito na Liga Árabe. A instituição possui seu quartel general no Cairo e até o final dos anos 1950 era financiada em mais das 40% pelo Egito, além de mais de metade do staff da Liga que, à época, era egípcio (FERABOLLI, 2009, pg. 55).

Ressalta-se a importância desta introdução sobre pensamento fundador do mundo árabe para o movimento a ser analisado posteriormente, na medida em que uma das razões do debate acerca dos eventos ocorridos a partir do final de 2010 é a inclinação em pensar o mundo árabe como único. Segundo Dalacoura (2011), as sociedades árabes apesar de suas interconexões e características compartilhadas não se configuram como uma unidade, assim como o movimento da Primavera Árabe não foi uno e teve suas especificidades em cada país.

Desde sua origem o pensamento que deu origem a Liga Árabe, o nacionalismo árabe, passou por transformações e assumiu, em meados do século XX sua máxima expressão política na forma da Liga Árabe. No entanto, de maneira geral, dado o histórico desde a criação da Liga de Estados Árabes e das relações intra-árabes, verifica-se que o pan-arabismo permaneceu, sobretudo no plano da retórica. A integração árabe, apesar de ter sido o objetivo primeiro da fundação da instituição, não se concretizou em medidas regionais concretas aos países árabes, os quais também estabeleceram limites à atuação desta instituição (SEEBERG, 2007).

Ainda, pode ser destacado que em diferentes contextos históricos, líderes árabes como Nasser no Egito ou Saddam Hussein no Iraque utilizaram a retórica pan-árabe como ferramenta das suas políticas externas a fim de projetarem suas nações como lideranças regionais. Nesse sentido, pode ser destacado ainda o pensamento de que a integração árabe passa pela premissa de que seria necessário um Estado que liderasse esse processo e que, na ausência de tal, tanto a integração árabe como a liderança na região é exercida por uma potência externa. Segundo Feraboli (2009), ao se falar sobre integração política no mundo árabe é clara a prevalência na região da influência norteamericana, que deseja sim a integração na região “mas não sob a égide do arabismo, mas sim do Sistema Oriente Médio¹⁵” (FERABOLLI, 2009, p. 162). Hoje, essa prevalência já está sendo contestada por potências emergentes como China e Rússia, fator que inclusive contribui para a instabilidade da região.

Ainda segundo Seeberg (2007), o foco da questão da não integração entre os países árabes é decorrente da falha desses em desenvolver uma comunidade árabe que pudesse atender aos interesses comuns desses Estados. Nesse sentido, o autor aponta cinco fatores que auxiliam na explicação desta questão: (i) os regimes vigentes nos países árabes possuem pouco grau de legitimidade popular, sendo a maioria regimes ditatoriais - fator que contribui para a análise da

¹⁵ Segundo Feraboli (2009), o conceito “Oriente Médio” é um termo imperialista por natureza, pois a delimitação desta região como tal é definida, sobretudo, a partir dos interesses das grandes potências.

Primavera Árabe; (ii) em segundo lugar, os Estados não se complementam em termos comerciais, resultando em um baixo fluxo comercial intra-árabe; (iii) um terceiro elemento de enfraquecimento da integração árabe seria o fato de que os Estados árabes são artificiais, ou seja, foram criados a partir de critérios externos após a Primeira Guerra Mundial; (iv) outro elemento importante se manifesta na ausência de um Estado árabe líder da integração regional; e (v) por fim, os fatores externos são essenciais para as dinâmicas financeiras, políticas, econômicas, estratégicas e culturais desta região. Em suma, segundo o autor, ambientes políticos como o desenhado pelos Estados árabes não encorajam cooperação interestatal e o pan-arabismo, no século XXI não apenas perdeu sua vitalidade, mas, sobretudo sua expressão política.

Por fim, é possível afirmar que, pelo menos no curto prazo as perspectivas de uma integração aos moldes da utopia pan-árabe são praticamente nulas. No entanto, o significado da Liga Árabe não chega a ser irrelevante, mas a existência de diferentes correntes de pensamento sobre o processo de integração árabe tornam constantes as dificuldades de atuação da organização, sobretudo em períodos instáveis como o da Primavera Árabe.

3 O MOVIMENTO DA PRIMAVERA ÁRABE

Após discorrer sobre os fundamentos e a criação da principal instituição árabe, a Liga de Estados Árabes, neste capítulo será abordado o fenômeno mais recente que estremeceu as bases do mundo árabe, nomeadamente a Primavera Árabe, a fim de, na próxima seção analisar os principais posicionamentos da Liga Árabe no contexto referido.

Detalhadamente, neste capítulo, pretende-se apresentar de forma geral quais foram as causas, os desdobramentos e as consequências do movimento que marcou a região do Oriente Médio e Norte da África e ficou conhecido como Primavera Árabe. A análise estrutural desse fenômeno contribuirá para a seção seguinte deste trabalho que tem por objetivo final identificar os principais posicionamentos da Liga Árabe durante o contexto referido, atendendo assim ao objetivo central desta pesquisa.

3.1. A PRIMAVERA ÁRABE: DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NO MUNDO ÁRABE AO MOVIMENTO TRANSNACIONAL

Iniciadas na Tunísia em dezembro de 2010, as manifestações que clamavam por liberdade, democracia e melhores condições socioeconômicas rapidamente transbordaram para o mundo árabe e marcaram uma fase decisiva para o conjunto de países que enfrentaram os desdobramentos da Primavera Árabe (KHOURY, 2013; KRUSE, 2015).

Primeiramente, sublinha-se que o fenômeno iniciado em 2010 que se alastrou pelo mundo árabe, teve suas particularidades em cada um dos países que enfrentaram as manifestações e suas consequências. Segundo Anderson (2011), apesar dos movimentos em cada país terem partilhado de causas e reivindicações comuns, as revoluções, segundo a autora, refletiram diferentes dinâmicas políticas e socioeconômicas. O momento dos levantes populares, de repente e simultâneo, pode sugerir que as similaridades desses regimes, como o longo período de duração dos governos contestados, a corrupção generalizada e a ineficácia dos governos diante das suas populações, são suficientes para explicar esse movimento. No entanto, os levantes populares

confrontaram questões únicas em cada país onde ocorreram (ANDERSON, 2011). Segundo a autora, “por mais tentador que possa parecer tratar dos levantes árabes como um movimento único, suas causas e desafios futuros demonstram suas muitas variações” (ANDERSON, 2011, p.7) ¹⁶.

Apesar disso, a Primavera Árabe se constituiu em um movimento amplo e transnacional fundado, principalmente, em mudanças e transformações estruturais nas sociedades árabes que, aliadas a fatores extrarregionais propiciaram a sua eclosão.

A fim de iniciar a discorrer sobre tal movimento, é essencial destacar que a própria definição de como poderia ser conceituado o movimento da Primavera Árabe suscita dificuldades para a sua compreensão. Revolução, revoltas, levantes, crise, entre outros, são conceitos utilizados quando tal movimento é abordado. Segundo Dalacoura (2012), ao invés de revolução, tal como conceituada por vários analistas no momento da sua eclosão, seria mais adequado analisar tal fenômeno a partir da perspectiva de que esse foi resultado de uma série de levantes, revoltas ou até mesmo de uma ampla crise socioeconômica e política no mundo árabe, não chegando a se configurar como um movimento revolucionário. Além dos conceitos, é importante observar que o movimento iniciou por revoltas específicas em cada país e a partir de transformações estruturais nas sociedades árabes. Na medida em que as reivindicações se universalizaram, o território tomado por elas também aumentou, e as revoltas pontuais adquiriram *status* de um movimento “revolucionário” transnacional.

A partir da concepção de revolução definida por Halliday (1994) como eventos internacionais, em suas causas e efeitos, com algum nível de homogeneidade e que impõem desafios sistemáticos aos padrões vigentes da ordem internacional, é possível classificar o movimento da Primavera Árabe como um movimento revolucionário, em suas causas, bem como seus efeitos internacionais e nas transformações estruturais causadas a partir dele. Ainda, segundo Lawson (2011), as análises de Halliday corroborariam dois aspectos da sua abordagem às relações internacionais:

“primeiro, a centralidade das revoluções nas dinâmicas mundiais; e segunda, a convicção que habitantes de Estados de maioria muçulmana são motivados pelas mesmas preocupações básicas que o resto do mundo: poder estatal e autoridade legítima;

¹⁶ Do original: “Tempting das it is to treat the Arab uprisings das a single movement, their causes and future missions demonstrate the many variations between them” (ANDERSON, 2011, p. 7).

desigualdade, desemprego e corrupção; liberdade, justiça e direitos” (LAWSON, 2011, p.2, tradução nossa)¹⁷.

No que tange as supracitadas transformações estruturais ocorridas nas sociedades árabes, Roche (2011) aponta que “para compreender o alcance dos movimentos de reivindicações das populações árabe-muçulmanas sunitas” é essencial considerar que o mundo árabe passou por importantes transformações e evoluções políticas, sociais, econômicas e culturais nas últimas décadas. Do ponto de vista sistêmico, essas transformações teriam sido intensificadas pela crise financeira mundial de 2008¹⁸, a qual não apenas desestruturou o sistema capitalista financeiro mundial, como também atingiu significativamente os países considerados de Terceiro Mundo e contribuiu para o início de um processo de choque das populações com as elites estabelecidas nos países árabes no decorrer do século XX (KHEIR, 2013; ROCHE, 2011).

É justamente a partir dessas transformações estruturais e suas consequências, combinadas a fatores externos que surgem as contestações que significaram o estopim desse movimento que atingiu cerca de vinte países árabes na região do Oriente Médio e Norte da África. Entre governos depostos, guerras civis iniciadas e outras ainda em curso, além de protestos menores em alguns países, o movimento que teve participação de centenas de milhões de pessoas marcou a aspiração das sociedades árabes em direção a democracias fundadas na liberdade, na igualdade e na laicidade (ROCHE, 2011).

Segundo Yom (2015), foi a combinação de conflitos domésticos e mediação geopolítica que resultou nessa conjuntura regional. Assim, dentre as causas que contribuíram para o início desse movimento, podem ser destacadas aquelas de natureza interna aos Estados árabes e aquelas de natureza externa, as quais, segundo alguns autores que serão posteriormente citados, foram determinantes para a eclosão desse movimento na forma como se desenhou¹⁹ e como transcorreu.

No que tange aos fatores de natureza interna aos Estados árabes, as contestações com relação às classes dirigentes advém essencialmente de crises econômicas e políticas, relacionadas

¹⁷ Do original: “(...) first, the centrality of revolutions to world affairs; and second, the conviction that inhabitants of Muslim-majority states were motivated by the same basic concerns as other peoples around the world: state power and legitimate authority; inequality, unemployment and corruption; freedom, justice and rights” (LAWSON, 2011, p. 2).

¹⁸ Segundo Roche (2011), desde 2008, os efeitos da crise econômica mundial foram sentidos, sobretudo nos países do Terceiro Mundo aumentando taxas de desemprego e diminuindo as condições materiais das populações.

¹⁹ Nesse sentido, Yom (2015) destaca que, historicamente, na região do Oriente Médio a interferência extrarregional em assuntos regionais tendeu a desestabilizar regimes vigentes. Ainda, o autor destaca que a ordem política pós-colonial na nessa região tendeu a ser mais estável em períodos nos quais os conflitos regionais interestatais foram mediados sem interferência geopolítica externa.

às altas taxas de desemprego e regimes ditatoriais, além da busca por uma maior liberdade de pensamento crítico “face à corrupção, ao neocolonialismo, ao subdesenvolvimento, à fome, ao desemprego e à humilhação diante da política ocidental fundada no petróleo dos países sunitas e na obediência dos governos vigentes” (ROCHE, 2011, p. 53).

Esse “descontentamento” das populações árabes em face de situação socioeconômica e política dos países teriam sido aprofundados pelos “fatores estruturais indispensáveis para a eclosão de uma mobilização da tal magnitude” (VISENTINI, 2014, p. 134), os quais podem ser identificados na obra do historiador e demógrafo Emmanuel Todd.

Segundo a análise desenvolvida por Todd (2011), a demografia dos países árabes seria uma variável essencial para compreender as transformações ocorridas nessas sociedades nas últimas décadas, as quais levaram as revoluções árabes, tal como conceituado pelo autor. No que tange aos elementos demográficos determinantes do modelo de análise em questão, estão: as estruturas etárias, a taxa de alfabetização, a taxa de fecundidade e a taxa de casamento endogâmicos.

Com relação à estrutura etária da população, na Tunísia, por exemplo, país onde as manifestações tiveram início, 43,8% da população possui entre 25 e 54 anos, sendo a idade média, incluindo homens e mulheres, 32 anos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIAa, 2018). Segundo Todd (2011), essa variável impacta diretamente no contexto da Primavera Árabe, uma vez que esse foi um movimento marcado pelo protagonismo jovem. No Relatório de 2016 para o Desenvolvimento Humano Árabe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é sublinhado que “a onda de protestos que varreu uma série de países árabes desde 2011, com a juventude na sua vanguarda, levou a transformações fundamentais em toda a região”. Segundo esse relatório, as estatísticas recentes mostram que dois terços da população árabe estão abaixo dos 30 anos de idade e que esse número sem precedente de jovens em idade economicamente ativa fornece um potencial e uma janela de oportunidade única aos países árabes para as próximas décadas (UNPD, 2016).

A respeito da taxa de alfabetização, o autor destaca o aumento do número de jovens alfabetizados e com diplomas universitários e a influência direta desse número no aumento da participação política nas sociedades árabes²⁰. Os países árabes, no que tange ao desenvolvimento

²⁰ Fazendo um comparativo com outros momentos históricos, o autor pontua que na Europa Ocidental as revoluções ocorreram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII em um contexto de aumento das taxas da alfabetização das populações, mostrando assim uma relação essencial entre participação política e educação, assim como no Irã ao longo das décadas de 1960 e 1970 (TODD, 2011).

educativo tiveram um grande avanço na segunda metade do século XX e alcançaram, nos grupos etários mais jovens, altas taxas de alfabetização. Uma terceira variável demográfica importante para a compreensão das transformações estruturais nas sociedades árabes seria a taxa de fecundidade, a qual começa a declinar no mundo árabe a partir da década de 1960 na esteira do processo de descolonização e acaba por modificar não apenas as estruturas familiares tradicionais, mas também toda a arquitetura das sociedades árabes. Essa teria sido influenciada também pela variável anterior, a taxa de alfabetização, nesse caso, especificamente das mulheres (TODD, 2011).

De acordo com Courbage (2011), uma boa parte do mundo árabe começou a se metamorfosear a partir dos anos 1960, graças à elevação das taxas de alfabetização acompanhadas de uma diminuição da fecundidade. Segundo o autor, “a diminuição da fecundidade em certos países árabes foi tão forte que os valores tradicionais patriarcais ficaram estremecidos” (COURBAGE, 2011).

A última e talvez mais complexa variável demográfica da análise de Todd (2011) é a taxa de casamentos endogâmicos. A queda dessa, segundo o autor, influenciaria na transformação estrutural dos países árabes, uma vez que os microssistemas familiares desses países são formados a partir de uma estrutura patrilinear e endogâmica (TODD, 2011; VISENTINI, 2014), ou seja, são grupos familiares impermeáveis que resultam em grupos sociais fechados e na rigidez das instituições. A queda dessa variável, portanto, segundo Courbage (2011), impactaria, pois, “uma sociedade aberta ao exterior é mais inclinada a se revoltar perante um governo autoritário”.

A fim de demonstrar em dados numéricos essa análise e a expandir, segue abaixo uma tabela resumo dos dados demográficos mais recentes registrados, após a Primavera Árabe nos seguintes países: Tunísia, Egito, Líbia e Síria. A maioria desses dados está atualizada até 2017, com algumas exceções, destacadas na própria tabela. Esses países foram definidos para essa análise, uma vez que foram essenciais no decorrer do movimento e serão pautados na próxima seção, pois foram centrais nos posicionamentos da Liga Árabe durante a conjuntura analisada. Os dados demográficos apresentados são: idade média da população, taxa de alfabetização, taxa de fecundidade, taxa de desemprego total e a taxa de desemprego entre a população de 15 a 24 anos. Essas duas últimas foram incluídas, pois uma das principais reivindicações durante as manifestações dizia respeito às altas taxas de desemprego nos países árabes, sobretudo, entre as faixas etárias mais jovens. Segundo o Relatório do PNUD (2016), os eventos de 2011 nos países árabes voltaram a atenção para o papel central da juventude na sociedade.

Tabela 1 - Dados Demográficos por país - Idade Média (anos), Taxa de Alfabetização, Taxa de Fecundidade, Taxa de Desemprego Total e Taxa de Desemprego entre 15-24 anos (%)

País / Dados Demográficos	Idade Média (anos)	Taxa de Alfabetização	Taxa de Fecundidade	Taxa de desemprego total	Taxa de desemprego (15-24 anos)
Tunísia	32	81,8% (2015)	2,17	15,5%	34,7%
Egito	23,9	73,8%	3,41	12,2%	30,8%
Líbia	29,4	91% (2015)	2,03	30% (2004)	48,7% (2012)
Síria	24	86,4% (2015)	2,44	50%	35,8% (2011)

Fonte: Elaborado pela autora com base em CIA (2018).

Em suma, a análise dessas variáveis pode fornecer uma dimensão aprofundada das sociedades árabes, contribuindo assim para uma análise estrutural mais complexa acerca da Primavera Árabe. Conforme aponta Visentini (2014),

“Como foi visto, a principal base da revolta da região é a modernização em curso, como argumentou Emmanuel Todd, que tende à alfabetização, redução da natalidade e democratização, embora esse último conceito tenha um significado distinto ao de mundo anglo-saxônico” (VISENTINI, 2014, p. 149).

Alinhada a essa perspectiva, está a análise desenvolvida por Seeberg (2007), na qual o autor argumenta que o desenvolvimento no Oriente Médio nos últimos anos foi caracterizado por um “despertar” geral dos Estados árabes iniciado ainda na década de 1990 e que as transformações estruturais supracitadas foram inflamadas por condições socioeconômicas e políticas.

Como exposto anteriormente, a Primavera Árabe teria sido resultado de fatores internos e externos as sociedades árabes. Assim, a respeito dos fatores de natureza externa, Visentini (2014) aponta que, durante a Primavera Árabe, houve importante participação externa, pois, “revoltosos teriam sido previamente preparados e a forma e o momento em que a revolta ganhou densidade foram monitorados e influenciados” (VISENTINI, 2014, p. 134). Nesse sentido, uma das principais

questões que confronta analistas das manifestações no mundo árabe se encontra no porquê delas terem eclodido nesse momento específico ganhando tamanha dimensão. Segundo Dalacoura (2012), duas explicações são possíveis para esse fato: (i) a sociedade civil e a oposição política prepararam o terreno para a eclosão das manifestações; e (ii) o uso em escala e sem precedentes das mídias sociais e outros meios de comunicação tornaram as rebeliões possíveis e, tanto os reforçaram como contribuíram para a inclusão de um maior número de pessoas permitindo assim uma maior organização e conexão entre os movimentos.

Assim, no que se refere aos fatores de natureza externa, destaca-se a detalhada análise desenvolvida por Bensaada (2015), na qual o autor demonstra por meio de evidências claras que as manifestações foram significativamente influenciadas por organismos de “exportação da democracia”, principalmente Organizações Não-Governamentais (ONGs) dos Estados Unidos da América. Apesar disso, o autor não ignora a influências de outros países no movimento e o próprio protagonismo dos países árabes.

Fundamentado na sua estratégia de *soft power*, ou seja, de exportação dos seus ideais democráticos, segundo Bensaada (2015), os EUA financiou e guiou os movimentos, principalmente por meio de Organizações Não-Governamentais²¹ de forma que adquirissem a dimensão necessária para que os interesses estadunidenses não fossem ameaçado na região. Dentre essas ONGs, um exemplo é a *Freedom House*, a qual publica regularmente uma “Carta Mundial da Liberdade”, a qual em 2011, afirmou que nenhum país árabe era considerado livre e democrático, com exceção do Marrocos, Líbano e Kuwait. Após a o início das manifestações, já em 2013, outros três países, Tunísia, Egito e Líbia, justamente países que foram substancialmente atingidos pelas manifestações, haviam sido incluídos para a lista de países “parcialmente livres” (BENSAADA, 2015).

É verdade que a massa de pessoas que foi às ruas já possuía motivações próprias para se manifestar contra os regimes que governavam seus países. No entanto, essa movimentação foi inflamada no momento mais oportuno pelos EUA e seus parceiros regionais. Assim, a nível regional, vale ressaltar o questionamento feito pelo autor acerca do “silêncio” nas monarquias de

²¹ Algumas das ONGs “exportadoras da democracia” citadas por Bensaada (2015) e criadas ao longo do século XX são: *United States Agency for International Development* (USAID), *National Endowment for Democracy* (NED) e *Freedom House*, *Open Society Institute* (OSI). Essas estariam diretamente conectadas a essa “promoção norte-americana da democracia” em um grande número de países e, particularmente na região de Oriente Médio e Norte da África no financiamento, treinamento, apoio e direcionamento dos movimentos (BENSAADA, 2015).

Golfo, as quais, na sua maioria (com exceção de Bahrein), não foram atingidas pelos protestos como os demais países árabes, como se esses países fossem modelos de democracia ou as liberdades individuais dos seus cidadãos fossem amplamente garantidas e respeitadas (BENSAADA, 2015).

Aliada a essas transformações internas e, principalmente às influências extrarregionais, é essencial destacar o papel dos novos meios de comunicação, como as redes sociais (*Facebook e Twitter*), os quais tiveram importância fundamental nesse processo²² e foram parte constituinte da estratégia de exportação dos ideais democráticos ocidentais. Como supracitado Dalacoura (2012) considera que esse tenha sido um fator determinante para a o momento que ocorreu e a dimensão que teve a Primavera Árabe.

As novas tecnologias e os novos meio de comunicação em massa foram ferramentas fundamentais para a organização das manifestações e desestabilização dos regimes árabes, permitindo a transmissão e difusão de informações da maneira rápida, facilitando assim a mobilização de um grande número de pessoas em nome de um objetivo comum. As redes sociais permitiram que os movimentos ultrapassassem limites geográficos e socioeconômicos que, anteriormente limitavam a participação dos cidadãos. Nesse contexto específico as novas tecnologias significaram um novo modelo de movimento revolucionário (BENSAADA, 2015)²³.

Segundo Ritter (2016), a grande influência das mídias sociais nas manifestações no mundo árabe foi resultado de uma política norteamericana iniciada ainda no governo Bush após os atentados de 11 de setembro, baseada na ideia da exportação dos ideais democráticos por meios virtuais, apoiada no *soft power* estadunidense. Assim, a “democracia digital” se tornaria o pilar de uma nova era de intervenções norte-americanas pós-11 de setembro. Como George Bush pontuou em seu discurso em 2003 na *National Endowment for Democracy*: “Enquanto o Oriente Médio continuar sendo um lugar onde a liberdade não impere, continuará sendo um lugar de estagnação,

²² “Células mistas muitas vezes comandaram, a partir dos Estados Unidos ou da Europa, os manifestantes árabes agrupados nas ruas da Tunis, do Cairo, de Benghazi, de Damasco etc” (ROCHE, 2011, p. 54).

²³ Exemplo da sinergia entre a influência dos novos meios de comunicação e o governo norteamericano no objetivo de auxiliar os ciberativistas no mundo árabe é a Aliança do Movimento Jovem (*Alliance of Youth Movements - AYM*). Esse foi um dos movimentos que trabalhou no sentido de identificar de que forma ferramentas como *Facebook* poderiam ser utilizadas para aumentar a organização e o ativismo de jovens em contexto de regimes autoritários. Em dezembro de 2008, em Nova York, a AYM organizou um evento que deu origem ao *Movements.org*, uma organização norteamericana sem fins lucrativos a qual declara sua missão como: (i) identificar os ciberativistas nas regiões de interesse; (ii) colocá-los em contato entre eles, com experts e membros da sociedade civil; (iii) apoiá-los e aconselhá-los e desenvolvê-los com o tempo. O *slogan* da AYM é “utilizar a democracia para mudar o mundo”. (BENSAADA, 2015; RITTER, 2016).

ressentimento e violência (RITTER, 2016 *apud* USA, 2003). Substituindo as intervenções armadas pela atuação de ONGs sem fins lucrativos e por meio dos novos meios de comunicação, a política norte-americana de “exportação” dos seus valores democráticos para os países árabes contribuiu para a cooptação de simpatizantes e para a sua mobilização contra os poderes vigentes (BENSAADA, 2015; RITTER, 2016).

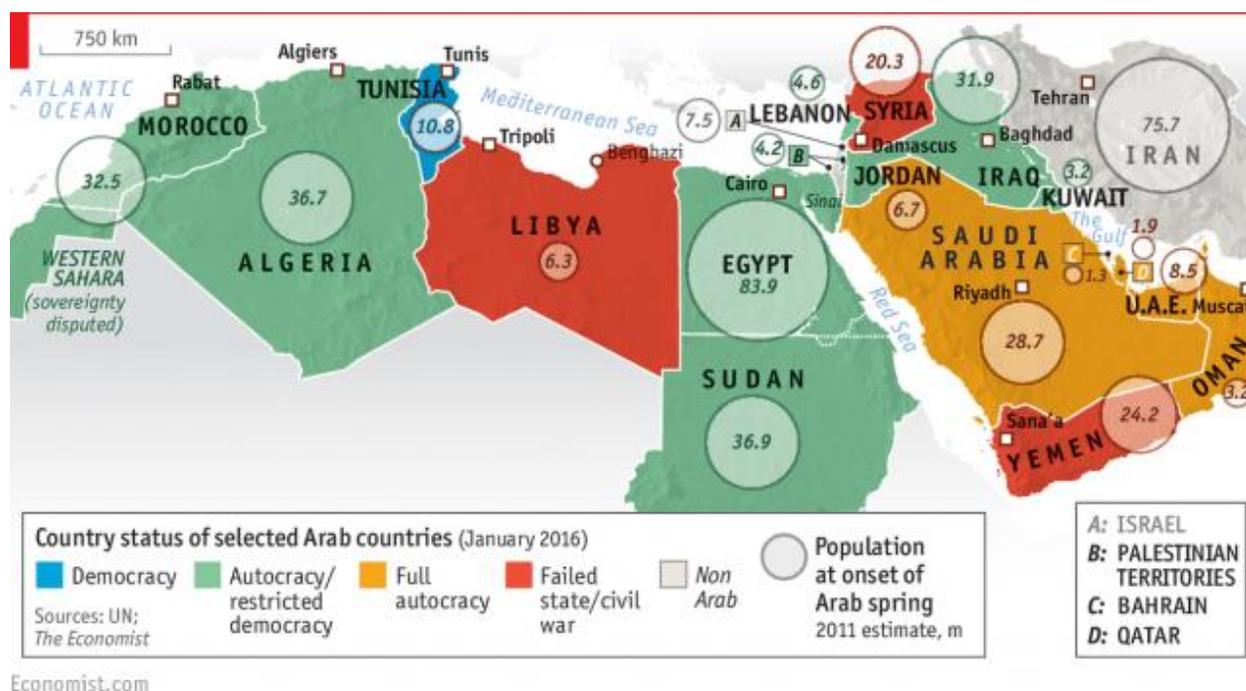
Passando das causas e motivações para os desdobramentos regionais da Primavera Árabe, destaca-se a análise desenvolvida por Khoury (2013), na qual o autor destaca que a Primavera Árabe contribuiu para o desequilíbrio geopolítico no Oriente Médio entre monarquias conservadoras, repúblicas socialistas e países islâmicos. Segundo o autor, após as manifestações a configuração geopolítica da região está em fase de transição para a seguinte configuração: monarquias conservadoras, repúblicas em transição - tendo sido esse o grupo de países que foi diretamente atingido pela Primavera Árabe - e grupos islâmicos não-estatais, refletindo a emergência de uma nova ordem regional, bem como uma nova arquitetura de alianças extrarregionais. Ainda, segundo Oliveira (2015), às petromonarquias no Golfo, Catar e Arábia Saudita, a Primavera Árabe forneceu oportunidade de tentar controlar a turbulência que havia tomado conta na região e que ameaçaram de forma significativa a estabilidade e a manutenção do *status quo* regional.

Além dos desdobramentos da Primavera Árabe a nível regional, ainda em curso, o movimento teve suas especificidades em cada país, além de desfechos bastante próprios. Desta forma, a seguir será realizada uma breve apresentação desse movimento em alguns países que enfrentaram as transformações resultantes desta onda de manifestações que estremeceu o mundo árabe.

No total, entre amplos protestos e outros menores, governos depostos, mudanças governamentais e guerras civis, as manifestações atingiram cerca de 20 países na região do Oriente Médio e Norte da África. Em ordem cronológica, os países que participaram desse movimento foram: Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Iêmen, Djibouti, Somália, Sudão, Iraque, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Mauritânia, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Emirados Árabes Unidos. No entanto, a fim de realizar uma análise mais aprofundada e objetiva acerca desse movimento e com o objetivo de contribuir para a próxima seção deste trabalho, foram definidos quatro países, Tunísia, Egito, Líbia e Síria, os quais foram cruciais para a identificação do movimento. Ademais, destaca-se que a escolha por esses países foi realizada desta forma, pois na próxima seção deste

trabalho essa apresentação prévia será essencial para compreensão e análise dos principais posicionamentos da Liga Árabe diante da Primavera Árabe. Abaixo pode ser visualizado a dimensão do movimento e os principais países atingidos.

Figura 2 – Países que enfrentaram a Primavera Árabe



Economist.com

Fonte: The Economist, 2016.

3.2. AS PARTICULARIDADES DA PRIMAVERA ÁRABE: TUNÍSIA, EGITO, LÍBIA E SÍRIA

A combinação de questões socioeconômicas e políticas constituíram a causa comum por trás do início das manifestações no mundo árabe; de maneira geral, altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens, corrupção, crises políticas, desigualdades regionais, a deterioração das condições econômicas ampliadas pela crise financeira global de 2008 e a influência externa constituíram os elementos principais que fizeram das ruas dos países árabes espaços de reivindicações que clamaram por mudanças. Assim, entre o final de 2010 e o início de 2011, a Praça Tahir (que significa libertação, em árabe) no Cairo, Egito, entre outras, se tornaram os lugares simbólicos das reivindicações populares árabes (BENSADAA, 2015; DALACOURA, 2012).

Apesar de poder se falar em causas comuns, cada país teve suas particularidades não apenas nas motivações, mas também no modo de reação dos regimes, as quais, de maneira geral, foram inconsistentes. A fim de tentar compreender porque alguns protestos resultaram em deposição de regimes e outros não, em cada caso também deve ser analisado a natureza do regime que cada manifestação. Enquanto nas repúblicas da Tunísia e do Egito, houve uma aparente ressignificação por partes dos regimes vigentes, na monarquia constitucional do Marrocos, por exemplo, os protestos tiveram resposta rápida e de caráter reformista. Por outro lado, na Síria e na Líbia a resposta foi extremamente violenta e repressiva levando a radicalização dos movimentos e a guerras civis (DALACOURA, 2012; KRUSE, 2015; ROCHE, 2011).

Expostas as causas principais e os desdobramentos regionais do movimento da Primavera Árabe, parte-se então para uma apresentação do caso de alguns países que serão examinados neste trabalho como países-chave para a análise final dos principais posicionamentos da Liga Árabe durante a Primavera Árabe: Tunísia, Egito, Líbia e Síria.

3.2.1. Tunísia: o prelúdio da Primavera Árabe

A República da Tunísia é um pequeno país localizado no Norte da África, na região conhecida como Magreb, sendo o menor país da África Setentrional. Com uma área de 163 mil km² e uma população de aproximadamente 11 milhões de habitantes, sendo 98% árabe e 99% muçulmano, a Tunísia possui uma posição geográfica estratégica e central no Mediterrâneo. Seu sistema de governo é semipresidencialista, sendo o atual Primeiro Ministro Youssef Chahed, desde agosto de 2016 e o atual presidente Béji Caïd Essebsi desde 2014 (Partido Nidaa Tounes, fundado em 2012) (CIAa, 2018; VISENTINI, 2018).

A Tunísia adquire relevância para a análise do movimento da Primavera Árabe, pois teoricamente o movimento teve início nesse país a partir da manifestação de Mohamed Bouzazizi, um habitante da pequena vila tunisiana Sidi Bouzid, localizada a 265 km ao sul de Túnis, capital do país. O jovem de 26 anos, graduado, porém desempregado, foi humilhado pela política enquanto exercia seu trabalho. Indignado com a situação, no dia 17 de dezembro de 2010 o jovem ateou fogo em seu próprio corpo e veio a falecer em 4 de janeiro de 2011. O evento, que foi considerado o início simbólico e prelúdio dos levantes que se seguiram nos países árabes revoltou a população tunisiana que compareceu em massa ao funeral do jovem sob os protestos de “*dégage*”

(popularmente, “cai fora”), destinados ao então presidente do país Zine el-Abdine Ben Ali (1987-2011), há 23 anos no poder. Os protestos que iniciaram em Túnis em dezembro de 2010 a partir uma crise socioeconômica e política, com altas taxas de desemprego, corrupção, pobreza generalizada e altas taxas de inflação escalaram em janeiro de 2011²⁴, culminando em revoltas e violenta repressão que resultou em milhares de mortes e na fuga de Ben Ali do país para o exílio no dia 14 de janeiro de 2011. Havia triunfado a Revolução de Jasmin e se seguiu uma transição da cúpula, com a adoção de reformas superficiais (DALACOURA, 2012; VISENTINI, 2012).

Dado o exposto anteriormente acerca das transformações demográficas e motivações gerais que levaram ao movimento da Primavera Árabe, não surpreende que, desta perspectiva o movimento tenha tido início na Tunísia. O país encapsulou as condições necessárias e muitos dos problemas políticos e socioeconômicos que deram início a onda de protestos que varreu o mundo árabe. Apesar de possuir uma economia robusta, em 2011 o país registrou taxa recorde de desemprego, chegando a 16%, principalmente entre jovens graduados e mulheres. Além disso, a instabilidade política do regime de Ben Ali, que já vinha sendo apresentada há alguns anos, foi fator importante durante as manifestações: o *slogan* dos manifestantes no país era: “*Nós podemos viver apenas com pão e água, mas não com RCD*” - Reagrupamento Constitucional Democrático - o partido de Ben Ali, dissolvido em março de 2011 (DALCOURA, 2012; TODD, 2011). Apesar disso, na conjuntura que precedeu as revoltas tunisianas, o país era o Estado árabe com o melhor sistema educacional, uma ampla classe média, além de um movimento trabalhista organizado. No exterior, o país cultivava uma imagem de Estado cosmopolita e moderno, sendo um destino turístico atrativo (ANDERSON, 2011).

A mobilização popular foi, em grande parte, espontânea, e uma vez que o país foi o pioneiro, foram também menos organizadas se comparadas a outros países. Apesar disso, setores do país, como a União Geral Tunisiana de Trabalhadores (UGTT) e outros grupos tiveram papel importante no movimento. Após a renúncia de Ben Ali, foi estabelecido um governo de transição sob a liderança do então Primeiro Ministro, Mohamed Ghannouchi. Posteriormente, em outubro de 2011 foram realizadas eleições para uma nova Assembleia Constituinte, a qual foi composta em

²⁴ A estabilidade do governo Ben Ali já vinha sendo minada por levantes sociais desde os anos 2000, devido a um surto inflacionário e ao enrijecimento das estruturas de repressão da administração pública. Já em 2011 é importante destacar que, em um primeiro momento as manifestações foram contra o aumento do custo de vida e clamavam por melhores condições de trabalho. Ao reprimi-los com violência, no entanto, os movimentos foram redirecionados diretamente contra o regime de Ben Ali (VISENTINI, 2018).

grande parte pelo Ennahda, partido islamista proibido até então pelo regime de Ben Ali, e outros partidos seculares. Em dezembro, Hamad Jebali, líder do Ennahda torna-se Primeiro Ministro e Moncef Markouzi presidente interino do país. Em fevereiro de 2012, a Assembleia começou a desenhar a nova constituição e após uma longa crise política, o documento é ratificado em janeiro de 2014. Não obstante, novas ondas de violência passam a se formar, agora lideradas por grupos islâmicos radicais. Em 2013, Jebali renuncia ao cargo por divergências com membros de seu partido e no final de 2014 são realizadas eleições parlamentares e presidenciais para um governo permanente, sendo o primeiro presidente eleito sob a nova constituição do país Beiji Caïd Essebsi. Apesar de a transição democrática ter sido completada na Tunísia, o país continua enfrentando o desafio de reerguer sua economia e mitigar os desafios socioeconômicos, especialmente as altas taxas de desemprego entre os jovens, que persistem desde 2011 (CIA, 2018a; DALACOURA, 2012; VISENTINI, 2018).

No que tange ao relacionamento da Tunísia com os países árabes, destaca-se que algumas das suas diretrizes de política externa são justamente o fortalecimento da solidariedade dos Estados árabes e do Oriente Médio na busca por ações conjuntas e coordenadas e o revigoramento das estruturas locais da União do Magreb Árabe (UMA) e construção de uma organização para viabilizar o processo da integração. O país entrou para a Liga Árabe em 1 de outubro de 1958, tendo sido inclusive país sede das instalações da instituição de 1979 a 1989, período no qual o Egito estava suspenso (VISENTINI, 2018).

Após o período de instabilidade interna e regional, atualmente, o país possui uma política externa de manutenção do *status quo* e de boas relações com a União Europeia, EUA e China. Particularmente, desde a democratização do país em 2014, as relações entre Tunísia e EUA foram fortalecidas, tendo sido registrado um aumento significativo de número de visitas diplomáticas de alto nível entre os países (VISENTINI, 2018).

3.2.2. Egito: regionalização da Primavera Árabe

Inspirados pelos acontecimentos na Tunísia, as manifestações atingiram então o Egito. O mais populoso país árabe, com 1 milhão de km² e 86 milhões de habitantes iniciou sua primavera no dia 25 de janeiro de 2011 com a participação de aproximadamente 20 mil pessoas nas ruas do Cairo. Nesse país houve a combinação de fatores internos e externos que fortaleceram e

solidificaram o movimento, tornando-o um caso emblemático e central para a análise desse trabalho (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIAb, 2018; KHEIR, 2013).

Após semanas de protestos que causaram a renúncia de Hosni Mubarak (1981-211) no dia 11 de fevereiro e o posterior estabelecimento de um Governo Provisório tutelado pelos militares, revelando sua influência histórica na sociedade egípcia²⁵, em 2012 são realizadas as primeiras eleições após a era Mubarak. Em 23 de junho de 2012, Mohamed Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, vence o pleito pelo Partido Liberdade e Justiça (PLJ) com 51% dos votos tornando-se o primeiro presidente civil eleito democraticamente no Egito e consagrando a Irmandade Muçulmana como uma das principais forças políticas de Egito. Não obstante, a oposição ao governo e a continuidade das manifestações populares resultam em um golpe militar em julho de 2013 causando a deposição de Morsi e instaurando um novo Governo Provisório no país. Em 4 de julho, Adly Mansou foi empossado como presidente interino e em janeiro de 2014 o governo interino institucionalizava a nova constituição nacional. Em maio de 2014 o General Abdel Fattah el-Sisi, ex-Ministro da Defesa é eleito presidente do país com 96,91% dos votos, tendo sido reeleito em abril de 2018 com 97,08% dos votos, ocupando o cargo até hoje (ANDERSON, 2011; CIAb, 2018; VISENTINI, 2018).

Segundo Kheir (2013), apesar da Primavera Árabe ter iniciado na Tunísia, foi a partir dos eventos no Egito que teve início o processo de regionalização da Primavera Árabe, fato que demonstra o papel histórico do Egito enquanto ator regional decisivo.

“Assim como as ocupações pacíficas de espaços públicos se tornaram um modelo para os movimentos de protestos em vários países árabes, o mundo árabe se inspirou no Egito no que concerne a sua transição pós-Mubarak. As escolhas feitas pelo Egito tiveram um impacto regional profundo e seu sucesso em estabelecer um sistema democrático e mais igualitário reforçaria e inspiraria transições similares em outros países árabes (KHEIR, 2013, p. 174)²⁶.

²⁵ Politicamente, as forças armadas têm sido o principal pilar do poder egípcio desde que se implantou a república em 1952, por meio de um golpe de Estado que levou Nasser ao poder. Sadat, que o sucedeu após sua morte em 1970, e Mubarak, que assumiu quando este foi assassinado em 1981, foram militares, assim como Nasser, apontando para o importante histórico de predominância dos militares na vida política do país. No entanto, o Egito não pode ser caracterizado como um regime militar, pois seus líderes sempre evitaram exercer diretamente o poder, ainda que gozando de privilégios. Houve sempre uma poderosa burocracia civil e, com os dois últimos, uma influente classe empresarial (VISENTINI, 2018).

²⁶ Do original: “Just as the peaceful occupation of public spaces became a model for protest movements in several Arab countries, the Arab world followed closely how Egypt would handle its post-Mubarak transition. The choices Egypt made would have a profound regional impact, and its success in establishing a democratic, more equitable system would strengthen and inspire similar transitions in other Arab countries” (KHEIR, 2013, p. 174).

Após a primeira transição ocorrida no país, o então presidente egípcio Mohamed Morsi, no seu discurso durante a Assembleia Geral da ONU em 2012 salientou sua posição enquanto primeiro presidente democraticamente eleito em eleições livres, após uma “revolução pacífica saudada pelo mundo”. Segundo então líder egípcio, “essa revolução estabeleceu legitimidade genuína, por meio de esforços de todos os egípcios, dentro e fora do Egito (...)” (EGITO, 2012).

Segundo a análise demográfica desenvolvida por Emmanuel Todd (2011) há uma lógica para o Egito ter seguido a Tunísia na cronologia dos protestos. Segundo o autor, o Egito estava pouco “atrás” da Tunísia tanto nos níveis de alfabetização, quanto na taxa de fecundidade, pouco mais elevada que na Tunísia²⁷. Ainda, segundo Anderson (2011), a sociedade egípcia, nessa conjuntura, se encontrava relativamente bem engajada politicamente, reflexo de transformações ocorridas no país nas décadas precedentes.

Além dessas características, o caso do Egito é emblemático, pois é um Estado chave na região e de extrema relevância para a preservação da estabilidade regional de interesse não apenas dos atores regionais, mas também de potências externas, além de ter grande importância no âmbito da Liga Árabe²⁸. Nesse contexto, é importante ressaltar que o Egito foi influenciado significativamente, senão de forma determinante, pela utilização dos novos meios de comunicação como *Facebook* e *Twitter*, ou seja, indiretamente, pela democracia digital exportada pelos EUA. Após os eventos da Tunísia que, rapidamente, depuseram um regime pró-Occidente que estava no poder há quase trinta anos, o Egito, enquanto um dos Estados expoentes do mundo árabe se tornou central para que a região não se desestabilizasse por inteira. Desta perspectiva, os protestos no país foram amplamente influenciados pela chamada “democracia digital” e organizados por meio desses canais²⁹, de modo que, nas semanas que precederam os protestos que depuseram Mubarak o acesso à internet foi bloqueado. Nesse sentido, um dos grupos que liderou a organização “digital” dos movimentos foi o Movimento de 6 de Abril, uma organização que surgiu em 2008 e foi amplamente

²⁷ Quanto à taxa de casamento endogâmicos, no entanto, o Egito se diferencia dos demais países árabes, uma vez que essa se encontra em níveis menores, o que, segundo o autor, indica uma transformação importante na sociedade egípcia em direção a uma sociedade mais individualista e liberal (BENSAADA, 2015).

²⁸ A influência egípcia na região é refletida na sua importância no âmbito da Liga Árabe desde a sua criação. A instituição tem sua sede no Cairo, Egito e até o final dos anos 1950 era financiada em mais de 40% pelo país, além de metade do *staff* que era egípcio, em decorrência também, da instituição ter sido uma ferramenta fundamental da política externa pan-árabe de Nasser. Ainda, até que fossem transferidos para Túnis, devido aos acordos da Camp David (1979), todos os seus secretários gerais tinham sido egípcios (FERABOLLI, 2009).

²⁹ Lyce Doucet, correspondente da BBC no Cairo, descreveu os protestos da seguinte forma: “É um evento meticulosamente organizado. Há postos de controle militar. Os pontos de controle são supervisionados por jovens. Na praça, as pessoas escrevem slogans nos cartazes, tiram fotos e cantam” (BENSAADA, 2015).

beneficiada por treinamentos e suporte financeiro da Aliança dos Movimentos da Juventude (em inglês, *Alliance of Youth Movements*) (DALACOURA, 2012; BENSAADA, 2015; RITTER, 2016).

O ambiente político, incerto desde 2011 restringiu o crescimento econômico e não conseguiu aliviar o desemprego persistente, especialmente entre os jovens. No final de 2016, o país recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para um programa de empréstimo de US\$ 12 bilhões pelo período de três anos. Para garantir o acordo, o país introduziu novos impostos e reduziu os subsídios à energia - elevando a inflação para mais de 30% durante a maior parte de 2017 (CIAb, 2018).

Por fim, é importante destacar que a história recente do Egito tem sido amplamente influenciada pela luta entre o nacionalismo e o islamismo, esse último institucionalizado na figura na Irmandade Muçulmana. Apesar da relevância de atores extrarregionais na atual dinâmica interna egípcia, Ritter (2016) aponta que o futuro do país será decidido por fatores e instituições internas, como o exército, representando o nacionalismo árabe e pelo fator religioso, representado politicamente pela Irmandade Muçulmana.

3.2.3. Líbia: a erosão de um regime e de um Estado

Os eventos na Tunísia e no Egito transbordaram para outros países do Norte da África e alguns dias após a queda de Mubarak, protestos contra o regime de Muammar Kadafi (1969-2011)³⁰ eclodiram em Benghazi, se alastrando pelo país, principalmente pela região leste do país (onde se encontram as principais reservas de petróleo líbias), chegando até Trípoli, a capital líbia. Ainda em fevereiro foi anunciada a formação de um Conselho Nacional de Transição (CNT), composto, em sua maioria, por dissidentes do governo Kadafi, se apresentando como único representante legítimo do Estado líbio. Em setembro de 2011 o regime Kadafi foi derrubado e o antigo líder líbio foi assassinado brutalmente em 20 de outubro do mesmo ano (OLIVEIRA, 2015).

A repressão do regime contra os manifestantes acabou escalando para uma guerra civil que desencadeou em uma intervenção militar internacional autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU), primeiramente por meio da Resolução 1970 de 26 de fevereiro de 2011, que clamava

³⁰ Durante esse período, a Líbia possuía um regime de cunho socialista que visava à democracia direta através de participação popular - a Jamahiriya, segundo das ideias da Kadafi, expressas no seu Livro Verde como a Terceira Teoria em relação ao capitalismo e ao socialismo marxista (VISENTINI, 2018).

pelo fim das hostilidades, estabelecia o congelamento dos bens e a proibição de viagens de membros do Governo Kadafi, além de um embargo a venda de armas para o país. O conflito continuou, apesar de uma virada a favor do governo Kadafi e “foi a partir de então que as demandas pelo estabelecimento de uma Zona de Exclusão Aérea (ZEA), ou mesmo por uma intervenção direta, intensificaram-se” (OLIVEIRA, 2015, p). Nesse contexto, e supostamente sob a égide do princípio de “Responsabilidade de Proteger” (R2P, sigla em inglês)³¹, foi aprovada em 17 de março de 2011 a Resolução 1973 do CSNU, com dez votos favoráveis e cinco abstenções, que estabelecia uma ZEA sobre a Líbia³². Logo, as forças ocidentais, França, EUA, Reino Unido, Canadá, iniciaram ataques ao governo líbio, as quais foram posteriormente unificadas sob a liderança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob o nome de *Unified Protector*. Todas essas operações extrapolaram de maneira significativa o mandato que fora previsto na Resolução 1973, posicionando-se claramente ao lado das forças rebeldes e buscando a derrubada e eliminação do líder líbio. Após oito meses de ataques ao governo líbio, a vitória dos rebeldes, oficialmente representados pelo Conselho Nacional de Transição, reconhecido como novo governo líbio em junho de 2011, a situação na líbia acabou rumando à instabilidade (OLIVEIRA, 2015; VISENTINI, 2018).

De fato, fica claro que apesar de um discurso de proteção dos civis e de intervenção humanitária, os ataques da OTAN foram perpetrados com o objetivo maior de derrubar o governo Kadafi. A intervenção foi encerrada assim que o líder líbio foi morto. Dado que diversos dos grupos que combateram o regime da Kadaffi se organizaram em núcleos em torno da suas cidades e áreas de influência, logo centenas de milícias se proliferaram pelo país (OLIVEIRA, 2015; VISENTINI, 2018).

Em julho de 2012, ocorreram eleições para o Congresso Geral Nacional (CGN), que assumiu governo provisório no lugar do CNT, e em outubro Ali Zeidan foi eleito como novo

³¹ Adotado por ONU em 2005, esse princípio estabelece que os Estados têm a responsabilidade de proteger suas próprias populações de genocídios, crimes de guerra, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade, e mesmo da ameaça de qualquer um deles. A comunidade internacional, por sua vez, tem a responsabilidade de ajudar os Estados a cumprirem esse princípio e, em casos que os Estados se mostrem incapazes de fazê-lo, deve agir assertivamente, sob os auspícios da Carta da ONU, utilizando meios diplomáticos, humanitários e quaisquer outros meios pacíficos da maneira apropriada, sendo os meios militares o último recurso, já que se mostra também como uma ameaça à integridade dos civis (OLIVEIRA, 2015).

³² Segundo Oliveira (2015), o discurso construído contra o regime *kadafista* e favorável a intervenção da OTAN foi baseado em premissas falsas, como as que diziam que as forças de governo estavam utilizando, desde o início, armas letais contra os manifestantes, sem reconhecer que os rebeldes possuíam capacidade bélica semelhante a de govern, configurando assim, uma guerra civil.

Primeiro Ministro. Esta configuração deveria durar até a promulgação da constituição, a ser completada em 2014. No entanto, a instabilidade relacionada às milícias continuou levando à destituição de Ali Zeidan em março de 2014, assumindo em seu lugar Abdullah al-Thani. Entretanto, no fim de 2014, o CGN, liderado pelo Primeiro Ministro Abdullah al-Thani é desafiado pelas investidas de rebeldes reivindicando um governo paralelo. Os rebeldes, liderados por Omar al-Hasi tomaram o controle da capital líbia e o CNG teve de refugiar-se na cidade da Tobruk, a 126 km de Trípoli, criando uma situação instável até o presente momento com dois núcleos governamentais na Líbia. Em julho de 2017, a Assembleia Constitucional concluiu e aprovou o esboço para uma nova constituição permanente. No entanto, a Câmara dos Representantes, atual representante do país, que estava prevista para discutir o projeto de lei sobre um referendo para a Constituição no final de julho de 2018, foi adiada (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIAc, 2018; DALACOURA, 2012; KHOURY, 2013; VISENTINI, 2018).

A Câmara dos Representantes, representante oficial do país e reconhecido pela comunidade internacional sob a presidência de Aguila Saleh Issa recebeu apoio da França, EUA, Reino Unido, dentre outros países, para que conseguissem chegar ao poder. A maioria dos contratos para reconstrução de país, destruído após a guerra foram para das companhias ocidentais. O governo atual, assim, tem boas relações com o ocidente. Apesar disso, a falta de uma coesão social e governamental não ameaça apenas os anseios por democracia líbia, mas, sobretudo a unidade e a integridade do Estado nacional líbio (ANDERSON, 2011). Segundo Oliveira (2015), “fica evidente que a “Primavera Árabe” não se tratou, na Líbia, de uma revolução. Ela foi, sim, a destruição consciente, pelo Ocidente (e com apoio das monarquias conservadoras do Golfo no âmbito da Liga Árabe), de um governo árabe-africano (OLIVEIRA, 2015, p. 689) ”.

3.2.4. Síria: da Primavera Árabe ao inverno sírio

No dia 6 de março de 2011 no sul do país, na cidade de Deera foi a vez do início da “primaverização” síria. Influenciado pelos levantes nos demais países árabes, o regime vigente no país desde 2000, liderado por Bashar al-Assad passou a ser contestado, assim como os demais, em decorrência de questões socioeconômicas e políticas. Inicialmente contidas pelas forças de segurança do país, as manifestações que já haviam iniciado em fevereiro continuaram e, durante

os meses subsequentes a resposta do governo foi uma combinação de concessões e força militar, resultando em uma escalada para confrontos entre forças do governo, seus aliados e opositores.

No dia 30 de março, em seu primeiro discurso desde o início dos protestos, Assad assume uma postura desafiadora culpando a ação externa e a oposição pelos protestos no país, retórica que mantém durante boa parte do conflito. A primavera síria foi seguida por um inverno longo e rigoroso na medida em que as manifestações passaram a ser violentamente reprimidas e essas escalaram para uma guerra civil ainda em curso no país, transbordando as fronteiras sírias e atingindo uma dimensão de conflito internacional, com implicações específicas de combate ao terrorismo fundamentalista islâmico (BLANCHARD *et al*, 2018; SYRIA, 2018).

Ao longo de 2011, a pressão internacional sobre o regime da Assad se intensificou com a Liga Árabe, a União Europeia, a Turquia e os EUA expandindo as sanções econômicas contra o regime. Os constrangimentos regionais também foram sentidos, na medida em que outros países árabes, como Kuwait, Bahrein e Arábia Saudita retiraram seus embaixadores de Damasco. Criada em setembro, apenas em dezembro de 2012, a Coalizão Nacional da Síria foi reconhecida por mais de 130 países como o único representante legítimo do povo sírio e no dia 15 de fevereiro de 2012 a mais recente Constituição síria foi aprovada por um referendo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA, 2018). Em novembro de 2011, após tentativas de resolução do conflito por parte da Liga Árabe, a Síria foi suspensa da organização (KRUSE, 2015). A respeito do posicionamento da Liga Árabe, esse será aprofundado na próxima seção desse trabalho, na qual, detalhadamente será apresentado o comportamento desta instituição no contexto sírio.

Em setembro de 2015, a Rússia lançou uma intervenção militar em nome do regime Assad, e as forças aliadas ao governo recapturaram a cidade de Aleppo em dezembro de 2016, mudando o conflito a favor do regime (CIA, 2018).

As negociações políticas entre o governo e as delegações da oposição nas conferências de Genebra, patrocinadas pela ONU desde 2014, não conseguiram produzir uma resolução ao conflito. Além dessas conversações, Rússia, Irã e Turquia desde o início de 2017 realizam negociações em Astana para tentar reduzir a violência na Síria (CIA, 2018).

Em 2017 a readmissão da Síria na Liga Árabe foi solicitada por alguns países como Egito, Iraque e Tunísia, apoiados internacionalmente pela Rússia, apesar da resistência do próprio regime sírio. A posição da Liga, no entanto, foi de rejeição ao pedido. Segundo o atual Secretário Geral da instituição, Ahmed Aboul Gheit, no momento em que o país acordar a transição nacional e o

estabelecimento de um governo interino, ele voltará a ocupar seu assento na Liga Árabe (MEMRI, 2017).

O conflito sírio segue em curso e, de acordo com uma estimativa da ONU de abril de 2016, o número de mortos entre as forças do governo sírio, forças de oposição e civis era de mais de 400.000. Além disso, em dezembro de 2017, aproximadamente 13,1 milhões de pessoas necessitavam de assistência humanitária na Síria, 6,3 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e mais 5,4 milhões de refugiados sírios foram cadastrados, principalmente em países da região como Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia, tornando a situação síria uma das maiores crises humanitárias no mundo (BLANCHARD *et al*, 2018; CIA, 2018).

3.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao conceituar a Primavera Árabe e suas “muitas faces”, Visentini (2014) questiona se a partir daquele momento, o mundo árabe ingressaria em uma nova era de superação de regimes autoritários ou vivia apenas mais uma das suas periódicas explosões de ira. Segundo Kheir (2013), “a região que por tanto tempo pareceu immune as forças de democratização e integração regional foi varrida por ventos de mudança emanados do seu interior (KHEIR, 2013, p. 176, tradução nossa)³³.

Ao analisar as motivações e desdobramentos gerais e particulares desse movimento, é possível concluir, até o momento que, apesar da faísca inicial ter sido interpretada como um ressurgimento do mundo árabe e o início de uma onda de democratização, as conjunturas dos países após o início das manifestações demonstram que, apesar das mudanças ocorridas durante esse período, as reivindicações iniciais não foram atendidas e que a instabilidade se tornou elemento permanente na região.

Segundo Roche (2011), o mundo árabe deveria, a partir do movimento da Primavera Árabe, ser conduzido pelas suas elites em direção a democracias sólidas e, além disso, deveria evitar meias-medidas que só acarretariam em estagnações. Sete anos após o início dos levantes, o que se verifica, no entanto, é que a maioria dos países não conseguiu conduzir esse processo de forma democrática a fim atender às demandas das suas populações. A região do Oriente Médio e Norte

³³ Do original: “The region that for so long had seemed immune to forces of democratization and regional integration was now swept by winds of change emanating from within” (KHEIR, 2013, p. 176).

da África, apesar de ter vivenciado levantes populares legítimos, continua sendo um subsistema regional definido por forças externas e pressões econômicas (YOM, 2015).

Depreende-se desta seção que para a compreensão do movimento da Primavera Árabe, deve-se perpassar o nível estatal e aprofundar-se até as transformações estruturais dessas sociedades. Somente assim, o entendimento da complexidade desse movimento pode ser atingido. Resultados de transformações estruturais internas e forças externas, o movimento foi transnacional não apenas nas suas motivações, mas também nas suas implicações regionais e internacionais.

Ademais, conforme aponta Dalacoura (2012) é importante ressaltar que nenhuma das manifestações de 2011 foi liderada por movimentos ou grupos islâmicos ou teve uma agenda predominantemente islâmica. Apesar disso, os protestos permitiram um reengajamento dos movimentos Islamistas como forças políticas, como pode ser observado na Tunísia e no Egito, por exemplo. Ainda, apesar de ser difícil generalizar, *slogans* pró-Palestina, anti-Israel e anti-Occidental não se destacaram entre os protestos. De fato, os levantes se concentraram em questões internas (DALACOURA, 2012).

A respeito das implicações regionais do movimento, pode-se dizer que as mudanças internas estão redesenhando as relações bilaterais e influenciando na balança de poder regional (DALACOURA, 2012). Por fim, o movimento da Primavera Árabe pode ser compreendido como uma série de “microrrevoluções” que inseridas em um contexto amplo significaram um ponto de inflexão para a história da região do Oriente Médio e Norte da África.

Compreendido o movimento da Primavera Árabe, suas causas internas e influências externas, desdobramentos e consequências até o momento para as dinâmicas regionais e internacionais, pode-se então partir para a descrição e análise dos principais posicionamentos da Liga de Estados Árabes face aos acontecimentos da Primavera Árabe.

4 A LIGA DE ESTADOS ÁRABES NO CONTEXTO DA PRIMAVERA ÁRABE: NOVO IMPULSO OU FERRAMENTA DE INTERESSES EXTERNOS?

Fundada em 1945 durante o processo de emancipação dos países árabes, a Liga de Estados Árabes, durante as últimas décadas tem sido alvo de críticas no que se refere a sua inoperância face aos desafios impostos ao mundo árabe, tendo um comportamento diante das questões regionais, eminentemente de neutralidade e de não interferência. O último capítulo desse trabalho visa atingir o seu objetivo central, qual seja, de analisar os posicionamentos da Liga Árabe no contexto da Primavera Árabe, os quais buscaram, em casos pontuais, por uma solução política aos conflitos regionais.

À época da sua criação, os Estados fundadores, Egito, Arábia Saudita, Iraque, Síria, Líbano, Iêmen e Transjordânia acordaram em fortalecer a cooperação, coordenação e segurança coletiva dentro do mundo árabe. Apesar disso, o que se verifica é uma constante desintegração e desunião entre os países árabes. Devido a diferentes interesses, distintos níveis de poder político e econômico, entre outras divergências, a Liga de Estados Árabes permanece dividida e, dificilmente, consegue chegar a consensos em discussões controversas, fato exacerbado por um dos princípios que rege a atuação da instituição: o de não-interferência em assuntos internos dos seus Estados membros (KRUSE, 2015).

De maneira geral, até 2011 a atuação da Liga Árabe foi caracterizada por analistas como sendo ineficaz, exercendo um papel apenas observador. Segundo Kruse (2015), a inoperância desta instituição ao longo dos anos se baseia, entre outros motivos, na fraqueza dos seus textos fundadores, compostos por documentos vagos e na inabilidade dos Estados membros em chegarem a consensos em questões importantes. Segundo o autor, “os Estados árabes concordam em discordar”.

A Liga Árabe não possui nenhum mecanismo que obrigue os seus Estados membros a cumprirem suas resoluções. A sua Carta de fundação estabelece que as decisões tomadas pela maioria serão vinculativas apenas aos Estados que votaram favoráveis, o que acaba por limitar a capacidade da Liga em promover ações coletivas. Segundo o artigo 7 do Pacto da Liga Árabe de 22 de março de 1945:

“As decisões do Conselho tomadas por unanimidade devem ser vinculativas a todos os Estados membros da Liga; aquelas que são tomadas por maioria devem vincular apenas aqueles que o aceitaram” (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945, tradução nossa)³⁴.

Sob essa perspectiva, questiona-se: a Primavera Árabe significou um novo impulso à atuação da Liga Árabe? Tal questionamento surge uma vez que, à luz da Primavera Árabe, a instituição passou, pelo menos nos anos iniciais do movimento, por um momento de inflexão na sua atuação. Afastando-se da sua conduta predominantemente inoperante, a partir de 2011 o que se verificou foi uma reação mais ativa aos eventos decorrentes das manifestações. No entanto, apesar de no início do movimento a instituição ter ensaiado uma emergência enquanto voz do arabismo, uma análise mais ampla parece indicar que a sua atuação foi uma ferramenta de interesses de alguns países árabes específicos e de interesses ocidentais na região.

Após décadas da estagnação no Oriente Médio, dificuldades econômicas para grande parte das populações, falta de perspectiva, sobretudo para as parcelas mais jovens e capacitadas, crises políticas e regimes autoritários e duradouros resultaram em um “despertar” dos países árabes no final de 2010. Iniciado na Tunísia, o momento revolucionário rapidamente se espalhou pelo mundo árabe deixando o mundo surpreso, uma vez que os regimes políticos árabes eram vistos como não democráticos, porém extremamente estáveis (KRUSE, 2015).

Segundo Master e Sergie (2014), a Primavera Árabe ofereceu a Liga uma oportunidade de esta adotar um novo comportamento. A indicação em 2011 do atual Secretário Geral, Nabil al-Arabi parecia indicar esse objetivo, uma vez que o jurista e diplomata egípcio é uma figura amplamente respeitada no mundo árabe. No entanto, de acordo com Rishmawi (2013), tanto nas décadas que precederam o movimento árabe, como durante esse contexto, a postura da Liga Árabe foi, sobretudo, direcionada a partir dos interesses políticos e econômicos dos seus países membros, corroborando o argumento apresentado por Keohane (1988) de que não só as instituições moldam o comportamento dos Estados, mas esses também moldam as instituições.

No contexto da Primavera Árabe, por exemplo, enquanto a instituição discutiu a situação da Líbia e da Síria em reuniões regulares e extraordinárias, os eventos ocorridos no Bahrein e no Iêmen, por exemplo, não tiveram a mesma atenção, apesar das graves violações de direitos humanos ocorridas nesses países (RISHMAWI, 2013).

³⁴ Do original: “The decisions of the Council taken by a unanimous vote shall be binding on all the member States of the League; those that are reached by a majority vote shall bind only those that accept them” (LEAGUE OF ARAB STATES, 1945).

Em um primeiro momento, a reação da instituição aos levantes na Tunísia e no Egito, por meio de notas oficiais e declarações foi de clamar que os países respeitassem a liberdade de manifestação, estabelecessem diálogo com a população e de condenação do uso excessivo da força na repressão aos protestos (KRUSE, 2015)³⁵. No entanto, essa reação permaneceu apenas no campo das declarações oficiais. Por exemplo, em uma declaração feita pelo Secretário Geral em 3 de fevereiro de 2011, a Liga Árabe pediu uma investigação sobre os eventos violentos que tomaram a praça Tahir no Cairo, mas nenhuma decisão ou posição mais assertiva foi encaminhada (RISHMAWI, 2013).

De maneira geral, destaca-se o posicionamento desta instituição em face de dois países principais: Líbia e Síria. Frente aos protestos e seus desdobramentos nesses dois países árabes e membros da LA, a reação da instituição teve destaque se comparada aos demais eventos. Se na Líbia a instituição atuou, principalmente no sentido de corroborar com a ingerência externa, na Síria, após tentativas de estabelecer um acordo com o presidente sírio Bashar al-Assad, o Conselho da Liga Árabe suspendeu o direito do país de participar da instituição - assim como fez com a Líbia - por tempo indeterminado e impôs sanções econômicas e políticas ao país (KRUSE, 2015).

A fim de atingir o objetivo central desse trabalho, a seguir será realizada uma análise detalhada acerca desses posicionamentos, os quais caracterizaram o ensaio de uma atuação mais assertiva da instituição durante o contexto da Primavera Árabe, apesar de não terem obtido os resultados desejados.

4.1. O POSICIONAMENTO DA LIGA ÁRABE NO CONTEXTO LÍBIO: SUSPENSÃO LÍBIA E INTERVENÇÃO INTERNACIONAL

Diferentemente da resposta da Liga Árabe aos eventos tunisianos e egípcios e mesmo diante de outros países como Bahrein³⁶ e Iêmen, a instituição atuou de forma, significativamente mais

³⁵ Da perspectiva de direitos humanos, Rishmawi (2013), aponta que a Primavera Árabe ou “Revoluções árabes” tiveram grande impacto nas dinâmicas entre a Liga Árabe e seus Estados membros, bem como para a relação da Liga com os padrões de direitos humanos internacionais.

³⁶ No Bahrein, a Liga não condenou o uso da força contra a população. O Conselho aprovou a iniciativa de governo em solucionar o conflito por meio de diálogo e rejeitou qualquer interferência externa no país. No Iêmen, a posição da instituição foi a de tentar promover uma transição pacífica, condenando a violência contra civis e solicitando medidas no sentido de preservar a unidade nacional. Em abril de 2012, a Liga anunciou o seu apoio a iniciativa de CCG a fim de uma solução pacífica na crise do país, apesar desta ter deixado o Presidente Ali Abdullah Saleh impune (RASHMAWI, 2013).

ativa no contexto líbio. As motivações para essa inflexão ainda permanecem no campo do debate, divididas entre analistas que defendem que os levantes árabes foram realmente um despertar não apenas do mundo árabe, mas também da Liga Árabe e aqueles que dão maior ênfase aos interesses geopolíticos e econômicos por trás da atuação da instituição.

Após o início das manifestações em fevereiro de 2011 na cidade de Benghazi, seu alastramento para diversas cidades na região leste do país e a ação repressiva do regime *kadafista*, em 22 de fevereiro de 2011, o Conselho da Liga Árabe decide pela suspensão do país da instituição como meio de constranger o regime vigente diante da repressão violenta aos levantes populares no país, reconhecendo assim o Conselho Nacional de Transição como representante oficial do país (KRUSE, 2015).

A partir do final de fevereiro e início de março de 2011, a mídia internacional passou a noticiar que o governo líbio estaria prestes utilizar armas letais contra civis em Benghazi e em outras cidades. Diante desta conjuntura, em março, a Liga Árabe se reúne no Cairo em sessão extraordinária para votar uma resolução solicitando à ONU o estabelecimento de uma Zona de Exclusão Aérea sobre a Líbia. Na ocasião, dos 22 países membros da Liga Árabe, apenas onze estavam presentes na votação. Desses, seis eram países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), sendo quatro deles, Bahrein, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos, membros também da Iniciativa de Cooperação de Istambul da OTAN, criada em 2004 para promover a cooperação militar entre a organização e os países membros da Iniciativa. Na ocasião, o Catar foi, em grande medida, responsável por pressionar os demais membros de CCG a votarem favoravelmente à ZEA. Os únicos que votaram contrariamente à resolução proposta foram Argélia e Síria. Assim, tendo sido aprovada, no dia 12 de março a proposta foi encaminhada a ONU, reforçando o pedido que já havia sido realizado pelo Conselho Nacional de Transição (CNT) no dia 2 de março e pela Grã-Bretanha e França em 7 de março de 2011 (OLIVEIRA, 2015; RISHMAWI, 2013; VISENTINI, 2018).

Desta forma, invocando o princípio da Responsabilidade de Proteger, foi aprovada a Resolução 1973 pelo Conselho de Segurança da ONU³⁷ em 17 de março de 2011, com 10 votos à favor (África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Colômbia, Estados Unidos, França, Gabão, Líbano, Nigéria, Portugal e Reino Unido), 5 abstenções (Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia) e nenhum

³⁷ Em 2011, o Conselho de Segurança era composto pelos cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França), além dos membros não-permanentes: África do Sul, Alemanha, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Colômbia, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria e Portugal.

voto contrário. Retomando os termos da Resolução 1970 de 26 de fevereiro de 2011, a Resolução 1973,

“Considerando a decisão do Conselho da Liga de Estados Árabes de 12 de março de 2011, solicitando o estabelecimento de uma Zona de Exclusão Aérea sob o espaço aéreo militar da Líbia, e de áreas seguras em locais expostos a bombardeios como precaução para a proteção do povo líbio (...) (ONU, 2011b, tradução nossa)³⁸.

autorizou “**todas as medidas necessárias para a proteção de civis em áreas sob ameaça de ataques**” (ONU, 2011b, grifo nosso), ao passo em que excluía a possibilidade de uma intervenção externa de qualquer natureza em território líbio. Assim, sob a responsabilidade de proteger civis, a Resolução 1973 estabeleceu a Zona de Exclusão Aérea no país, reforçou o embargo a venda de armas e ressaltou a importância da Liga Árabe na manutenção da segurança regional. Mesmo sem explicitar quais seriam os meios utilizados para a garantia da paz no território líbio, a Resolução 1973 acabou por criar as prerrogativas para a ação militar por parte da coalizão de forças lideradas pela OTAN no conflito. As diretrizes da Resolução 1973 logo foram extrapoladas e a OTAN tomou parte no conflito, empreendendo uma campanha juntamente com os rebeldes para derrubar o regime Kadafi (ONU, 2011b; VISENTINI, 2018).

A campanha da coalizão formada por Estados Unidos, França, Canadá e Reino Unido e liderada pela OTAN, com o apoio de países árabes aliados iniciou uma intervenção em território líbio no dia 19 de março, encerrando suas operações no dia 31 de outubro, logo após a queda e morte de Kadafi. Ficou visível o objetivo final da Resolução 1973. Segundo Visentini (2018),

“(...) o objetivo da Resolução 1973 foi alcançado após dois dias do início da operação: as aeronaves da OTAN rapidamente asseguraram dominação aérea através da anulação da força aérea e das defesas antiaéreas do regime. No primeiro dia, 19 de março, o avanço das forças do regime em direção a Benghazi foi parado. O que se seguiu foi a tomada da posição da OTAN em apoio aos rebeldes para a derrubada de regime” (VISENTINI, 2018, p.)

No dia 20 de outubro de 2011, Kadafi foi capturado por rebeldes, após uma tentativa de fuga para sua cidade natal, Sirte e o ex-líder líbio foi assassinado. Encerravam-se assim, os mais de quarenta anos de governo do antigo líder da Líbia (VISENTINI, 2018).

³⁸ Do original: “ (...) Authorizes Member States that have notified the Secretary-General acting nationally or through regional organizations or arrangements (...) to take all necessary measures (...) to protect civilians and civilian populated areas under threat of attack in the Libyan Arab Jamahiriya including Benghazi, while excluding a foreign occupation force of any kind (...) (ONU, 2011b).

Nesse ínterim, a readmissão do país na Liga Árabe ocorreu em 27 de agosto de 2011, quando o Conselho Nacional de Transição foi reconhecido como representante legítimo do povo líbio e da Líbia na instituição.

Por fim, cabe destacar que apesar da Líbia ainda enfrentar uma situação de extrema instabilidade e incertezas acerca do seu futuro enquanto Estado nacional, o posicionamento da Liga Árabe foi crucial para os desdobramentos da primavera iniciada no país. Além de não ter atingido seu aparente objetivo de estabelecer a paz no país árabe, a instituição abriu caminho para uma ingerência externa que extrapolou suas diretrizes iniciais e contribuiu para a instabilidade em território líbio. Como aponta Oliveira (2015), ainda que, no início das operações da OTAN as declarações do então Secretário Geral, Amr Moussa tenham sido contrárias a intervenção e ao modo em que ela estava sendo conduzida, a atuação inicial da Liga Árabe diante da conjuntura líbia foi crucial para o seu desfecho. A instituição, por meio dos interesses e da grande capacidade econômica de alguns dos seus Estados membros, principalmente os países membros do CGC, deu legitimidade à aprovação e implementação da Resolução 1973, bem como aos ataques liderados pela OTAN. Ainda, segundo o autor,

“Esse posicionamento pode ser explicado tanto pela rivalidade existente entre Kadafi e algumas lideranças do Mundo Árabe, como pela necessidade dos países árabes do Golfo de pôr fim aos levantes no Bahrein e no Iêmen sem intervenções externas e com a convivência ocidental, de forma a garantir a estabilidade e a manutenção do *status quo* na região (OLIVEIRA, 2015, p. 688).

4.2. O LONGO INVERNO SÍRIO, AS SANÇÕES ECONÔMICAS E SUSPENSÃO DA LIGA ÁRABE

Após meses de conflito em curso, no dia 29 de outubro de 2011 a Liga Árabe denuncia o governo sírio pelo uso da violência contra os manifestantes. As manifestações que haviam iniciado em fevereiro do mesmo ano tiveram de esperar cerca de oito meses para chamarem a atenção da principal instituição árabe. Nesse meio tempo, milhares de pessoas já haviam sofrido os efeitos da guerra civil síria, então no seu início.

O porquê da Liga de Estados Árabes ter intervindo na situação síria, suspendendo-a da organização e aplicando sanções políticas e econômicas ao país, e não ter se posicionado de forma

mais operante e eficaz nos demais países é a primeira questão que se coloca ao analisar essa conjuntura, assim como posto na situação líbia.

O envolvimento da instituição com a situação síria traz consigo análises distintas e os argumentos se repetem: enquanto alguns analistas argumentam que a Liga tentou ensaiar ser uma nova voz representante do arabismo, outros consideram que essa instituição foi, mais uma vez, uma ferramenta de interesses extrarregionais. No caso da Tunísia, Egito, Bahrein e Iêmen, a Liga Árabe, sob instruções extrarregionais, sobretudo dos EUA, não fez nenhum movimento, enquanto que na Síria e Líbia, a instituição teve um papel decisivo para no transcorrer dos conflitos.

Após uma atuação mais assertiva diante da guerra civil líbia, a primeira ação concreta da Liga Árabe frente à conjuntura síria ocorreu em 2 de novembro de 2011 e se materializou na forma de um plano de paz elaborado pela instituição árabe e aceito pelo governo Assad. O plano solicitava que o governo sírio cessasse a violência contra os manifestantes, retirasse suas forças das cidades, libertasse prisioneiros políticos e permitisse a entrada de jornalistas no país, a fim de, posteriormente ser aberto um diálogo com a oposição, formada sob o guarda-chuva do que se tornaria a Coalizão Nacional Síria, sobre o processo de transição nacional, o qual não chegou a um consenso até hoje (T.M., 2014).

Diante da falha do governo sírio em seguir as diretrizes desse plano, no dia 12 de novembro de 2011, a Liga Árabe anuncia que suspenderia o país da organização caso o plano de paz não fosse executado. No dia 16 de novembro, a Liga Árabe suspende a Síria da organização por tempo indeterminado, sob protestos da delegação síria na organização. Na ocasião, 18 membros votaram favoráveis a suspensão do país, Líbano e Iêmen, votaram contra e Iraque se absteve. Complementarmente, no dia 27 de novembro, a organização vota pela imposição de sanções políticas e econômicas contra o país, sendo essas adotadas também por outros países, marcando novamente uma mudança significativa em direção a um comportamento mais ativo da instituição (KRUSE, 2015).

A segunda medida concreta proposta pela Liga Árabe na conjuntura síria foi no dia 19 de dezembro, quando o país assina um novo plano de paz com a Liga Árabe, permitindo que uma missão observadora da Liga Árabe adentre em território sírio para monitorar a implementação do plano da paz. Além disso, o novo plano também exigia que as forças do governo e os rebeldes se retirassem das ruas, a libertação de prisioneiros políticos e o início do diálogo entre o governo e a

oposição. Foi a primeira vez na sua história que a LA reuniu uma equipe de observadores para monitorar a implementação de um plano de paz (CNN, 2018).

Já em 2012, o Secretário Geral da Liga Árabe, reconhece durante uma conferência que a violência no país estava escalando, apesar da assinatura do plano da paz e da presença de observadores no país, culminando com a suspensão da missão observadora no país no dia 28 de janeiro e uma solicitação formal de que Assad renunciasse à presidência do país. A partir desse momento, a insistência em uma solução regional foi abandonada e a ONU foi acionada para tomar parte na situação síria, que escalou de protestos pacíficos para uma guerra civil e uma crise humanitária de dimensões internacionais (T.M., 2014).

Por fim, apesar da atuação da Liga Árabe diante da conjuntura síria não ter obtido sucesso, é importante destacar que seu papel foi promissor e marcou uma mudança importante na direção de um papel mais ativo frente ao contexto dos levantes árabes, seguindo a tendência de um novo comportamento da instituição já apresentado no contexto líbio.

Ademais, no que se refere aos encontros anuais da Liga Árabe, o primeiro após o início da Primavera Árabe ocorreu em 2012, tendo sido adiado por diversas vezes devido aos eventos no mundo árabe. A 23ª Conferência da Liga de Estados Árabes foi realizada no Iraque, em Bagdá e todos os Estados membros foram convidados, exceto a Síria que já se encontrava suspensa da organização.

4.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Se a Primavera Árabe significou um reavivamento da Liga Árabe ou se a atuação pontual desta organização foi resultado de interesses políticos e econômicos específicos, essas são afirmações ainda passíveis de debate. Analisando especificamente o posicionamento desta instituição nas conjunturas líbia e síria, no entanto, depreende-se que, apesar da retórica pan-arabista ter ganhado força durante o movimento da Primavera Árabe, a atuação da organização foi condicionada, sobretudo por interesses políticos e econômicos regionais e internacionais.

De fato, quando analisados em conjunto os posicionamentos da Liga Árabe com relação a Líbia e a Síria, a instituição parece ter ganhado novo impulso face a sua inoperância histórica. As manifestações contra regimes autoritários e condições socioeconômicas precárias estremeceram o mundo árabe o seu *status quo*, e um novo balanço de poder regional está emergindo, refletindo no

funcionamento da instituição. No entanto, o movimento árabe teve um impacto multifacetado. Além das mudanças de regimes e crises humanitárias causadas pela Primavera Árabe, o aparente reavivamento da instituição parece ter sido uma das principais consequências do movimento a nível regional. Apesar disso, se analisados de forma ampla em todo o contexto da Primavera Árabe, a atuação dessa instituição foi apenas pontual.

A despeito disso, segundo Vericat (2011), esses posicionamentos podem indicar uma tendência para novas formas de resoluções em questões regionais. Apesar da carta da Liga Árabe estabelecer que em situações de agressão entre Estados membros as decisões devem ser tomadas por unanimidade, esses casos abriram precedente para um novo *modus operandi* da instituição.

No entanto, deve-se reconhecer que as atuações da instituição com relação à Líbia e a Síria tiveram um maior apoio, uma vez que ambos os líderes desses países eram “de poucos amigos” entre os líderes árabes e os interesses nacionais dos principais atores do Oriente Médio não foram contrários (KRUSE, 2015).

Ademais, uma perspectiva institucional revela que a Liga Árabe sofre de fraqueza institucional, particularmente, no processo de segurança regional que não possui diretrizes claras. Quais precondições devem existir para que a LA rompa com seu princípio de não interferência nos assuntos dos seus Estados membros segue sendo uma questão para debate. Apesar disso, um fórum específico que debata questões centrais aos países árabes fornece a LA relevância significativa na região.

Com relação a defesa dos direitos humanos, alguns autores defendem que a organização deveria estabelecer mecanismos institucionais mais eficazes, aperfeiçoando seus documentos base como a Carta Árabe para Direitos Humanos e rever a proposição da criação de organismos como a Corte Árabe de Direitos Humanos. Nesse sentido, Rishmawi (2013) aponta que a instituição falhou em não aproveitar as oportunidades que foram impostas ao mundo árabe pelo movimento e ter um papel decisivo na garantia sistemática que seus Estados membros garantissem os direitos humanos das suas populações.

Destaca-se ainda que apensar do impulso inicial em solucionar esses eventos no âmbito regional, esse objetivo, em nenhum dos casos foi atingido, reforçando a fraqueza institucional da Liga Árabe e a sua ineficácia em continuar agindo conforme seus princípios fundadores setenta anos após a sua criação.

Por fim, é relevante questionar se nesse âmbito de uma atuação regional mais assertiva, os posicionamentos assumidos pela instituição, de suspensão da Líbia e da Síria – esse último um dos países mais ávidos ao arabismo quando da fundação da instituição -, foram os mais adequados diante da situação apresentada. Apesar do comportamento mais ativo dessa instituição, as decisões tomadas podem não ter sido as mais acertadas na tentativa de solucionar os conflitos regionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundada no final da Segunda Guerra Mundial na esteira do processo de descolonização do mundo árabe e em um contexto de afloramento do nacionalismo árabe, a Liga de Estados Árabes surgiu como uma organização política regional com o propósito de fomentar a cooperação e unidade entre os Estados árabes. Enquanto alguns países tentaram estabelecer um grande Estado árabe e outros eram favoráveis a uma arquitetura do mundo árabe que possibilitasse a cooperação entre os Estados, a Liga Árabe foi o denominador comum desse debate. No entanto, nas últimas sete décadas de história, a instituição não tem conseguido atingir seus objetivos primordiais, quais sejam de cooperação e coordenação de ações entre seus Estados membros, estabelecidos pelo seu documento fundador, o Pacto da Liga de Estados Árabes de 22 de março de 1945.

Composta por vinte e dois Estados árabes, compreendendo uma população de cerca de 350 milhões de pessoas, a principal instituição árabe enfrenta as grandes desigualdades políticas e econômicas entre seus membros, o que reflete na atuação institucional. O movimento mais recente que desestabilizou o mundo árabe, nomeadamente a Primavera Árabe, como ficou conhecido, ao mesmo tempo em que derrubou uma série de regimes pelo mundo árabe, também desafiou a instituição, a qual assumiu posicionamentos importantes e decisivos em alguns casos, como na Líbia e na Síria, mas se silenciou diante dos demais.

O início simbólico da Primavera Árabe, no dia 17 de dezembro de 2010, com a autoimolação do jovem tunisiano Mohammed Bouzazi, as manifestações posteriores e a queda do então presidente tunisiano Ben Ali, desencadeou um movimento que se alastrou pelo Oriente Médio e Norte da África, demonstrando as transformações estruturais que vinham ocorrendo nas sociedades árabes, as quais acompanhadas de transformações políticas expuseram as fragilidades de regimes vigentes há décadas. Nesse caso, o aumento da escolaridade e a diminuição da natalidade influenciaram, indiretamente, na tomada de consciência política e no início de revoltas. Politicamente, as demandas populares se direcionavam contra os regimes autoritários que dominaram a vida política desses países por décadas, mas na sociedade havia também uma ampla transformação estrutural que foi absolutamente determinante para que o movimento irrompesse. Aqui, torna-se relevante destacar a importância dessa análise para o desenvolvimento do trabalho, apesar dessa ainda pode ser melhor explorada em pesquisas futuras.

O movimento não se restringiu à Tunísia e a chamada “Primavera Árabe” espalhou-se para diversos países do Norte da África e do Oriente Médio. Logo em seguida o movimento tunisiano influenciou manifestantes no Egito, na Líbia e na Síria, dentre outros países árabes. No Egito, o então presidente, Hosni Mubarak, há três décadas no poder, enfrentou uma série de protestos, em grande parte pelos mesmos motivos dos protestos tunisianos, que culminaram em sua derrubada em fevereiro de 2011 e no início do processo de “regionalização” da Primavera Árabe. Em seguida foi a vez da Líbia, um dos países mais impactados pelo movimento e seus desdobramentos, enfrentando hoje, além de instabilidades políticas, o desafio da manutenção da sua integridade territorial enquanto Estado nacional. A primavera líbia culminou com a derrubada do regime *kadafista*, a morte do seu antigo líder e uma guerra civil inflamada por uma intervenção militar liderada pela OTAN. O quarto país analisado nesse trabalho, a Síria, iniciou sua primavera (ou longo inverno) em fevereiro de 2011, escalando para uma guerra civil interna, porém com dimensões internacionais e interesses extrarregionais em jogo. Posteriormente, Argélia, Marrocos, Bahrein, Kuwait, Iêmen também sentiriam os efeitos do movimento, que se tornara então um movimento revolucionário transnacional, ainda que com intensidades, desdobramentos e resultados diferentes.

De uma perspectiva sistêmica, houve ainda ramificações da crise do sistema capitalista mundial para o mundo árabe. Com o mundo cada vez mais multipolar, a fragmentação do poder mundial refletiu na inabilidade das organizações, que deveriam ser as mantenedoras da estabilidade internacional, particularmente em momento de grande instabilidade, como foi a Primavera Árabe.

Apesar do protagonismo árabe durante o movimento, iniciado por levantes populares e engajando, posteriormente outros grupos, partidos políticos, grupos armados, entre outros, é imprescindível considerar a influência externa, sobretudo da “democracia digital” por meio de ONGs, que financiadas pelos EUA influenciaram de maneira determinante a forma e o momento em que os levantes ocorreram. Daí decorrem duas questões importantes: (i) os novos desafios impostos pelos novos meios de comunicação e sua utilização para fins políticos no século XXI; e (ii) a universalização da democracia, conforme os parâmetros ocidentais. Ambas, produtos de uma dinâmica internacional emergente que impõe desafios à compreensão da realidade mundial.

A apresentação e desenvolvimento da problemática introduzida por esse trabalho, além de uma descrição e discussão sobre os posicionamentos da Liga de Estados Árabes, podem ir além e investigar como tal instituição está condicionada aos interesses nacionais dos seus Estados

membros com maior poderio político e econômico, e conseqüentemente aos interesses norte-americanos. O início do movimento com a queda de regimes pró-Occidentais, como Tunísia e Egito e a ameaça da ascensão de governos não alinhados aos interesses ocidentais – ou mesmo de partidos islâmicos -, foram cruciais para a atuação subsequente da Liga Árabe. Conforme apresentado ao longo do trabalho, após ter “perdido” os regimes aliados do Egito e da Tunísia, os EUA buscaram, por meio da Líbia, garantir sua influência no Norte da África, derrubando o regime *kadafista* do poder e contribuindo para a emergência de um líder mais “estável” e que atendesse os interesses ocidentais na região.

A intervenção da OTAN na Líbia só foi possível por conta do apoio da Liga Árabe, determinado, em grande medida, pela atuação das monarquias conservadoras do Golfo. A Liga, ao solicitar o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, sinalizou o apoio a uma intervenção externa, legitimando-a. Em grande medida, o apoio dos países árabes, e especialmente dos países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, tinha o objetivo de garantir a manutenção do *status quo* regional e, para tanto, era necessário contar com o apoio do Occidente. Assim, ao mesmo tempo em que os países membros do Conselho de Cooperação do Golfo combatiam a Primavera Árabe internamente, eles buscaram incentivá-la em outros países (entre eles a Líbia) por meio de apoio diplomático e militar, e por vezes através de organizações mais amplas, como a Liga Árabe.

Decorrente disso, como conclusão desse trabalho pode ser entendido que, dentro do mundo árabe há uma clara sobreposição de interesses entre organizações regionais como é o caso da Liga Árabe e do Conselho de Cooperação do Golfo, fato que se mostrou latente durante os posicionamentos da Liga Árabe no contexto analisado. Não obstante, apesar da fraqueza institucional, da distribuição desigual de poder entre os Estados membros e uma história de certa inoperância, o comportamento da Liga Árabe na Primavera Árabe se diferenciou significativamente de que vinha apresentando até então.

Sob o plano teórico, é importante ressaltar que apesar desse trabalho ter sido baseado na teoria institucionalistas das relações internacionais, deve-se reconhecer que essa não ampara de forma completa análise proposta. Apesar disso, como o foco do trabalho se deu em uma instituição regional e nos seus posicionamentos em uma conjuntura específica, admitiu-se que essa teoria fosse a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa. Outras teorias, como a realista e a construtivista também teriam contribuições importantes para amparar os argumentos postos.

A Primavera Árabe certamente foi um evento multifacetado e de diversa camadas. Das mudanças estruturais nas sociedades árabes ao movimento transnacional que desestabilizou e deu novos rumos ao mundo árabe, questões nacionais, regionais e sistêmicas foram afetadas. Esse não é um movimento uno que possa ser facilmente analisado. Pelo contrário, a análise a respeito desse fenômeno é complexa e deve ser aprofundada, reconhecendo-se assim que essa análise não se encerra nos elementos apresentados neste trabalho.

Assim, conclui-se que a hipótese central desse trabalho foi corroborada, uma vez que a Liga Árabe teve sim posicionamentos importantes e decisivos para o movimento, mas esses foram pontuais e, a instituição não foi capaz de exercer de forma ampla um papel significativo nesse contexto. Ampliando o escopo para uma análise acerca do papel de outras organizações internacionais multilaterais no contexto da Primavera Árabe, o que se conclui é que as tentativas de mediações foram ineficientes, com planos de paz que não foram implementados ou ingerências externas que levaram a uma total desestabilização de países. A Liga Árabe, especificamente, enfrentou novamente o seu paradoxo fundador entre a intervenção em assuntos internos dos seus Estados membros e, sua contra face, o respeito pela soberania desses.

Por fim, é importante evidenciar que apesar da Primavera Árabe ser um movimento que iniciou em fins de 2010 e de já ter tido uma série de desdobramentos, seus resultados ainda não são definitivos, visto que países que atravessaram tal movimento permanecem enfrentando suas consequências e os efeitos são sentidos não apenas em nível regional, mas também internacional. Não obstante, é verdade que esse fenômeno significou uma mudança importante da dinâmica na região, colocando-a no primeiro plano da agenda internacional e, além disso, impondo desafios institucionais importante à Liga de Estados Árabes e demonstrando que essa não é apenas uma organização simbólica, podendo sim operacionalizar sua retórica pan-arabista em nome de soluções regionais.

REFERÊNCIAS

AL-AFGHANI, Jamal al-Din. Pan-Islamism – Jamal Al-din Al-afghani. Disponível em: Pan-Islamism - Jamal Al-din Al-afghani, Late Ottoman Politics, The Khilafat Movement, A World Of Nation-states. Acesso em: 18 dez. 2018.

AL JAZEERA. **Syria's war: Who controls what?** 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

AL-MUJIHAD, Sharif. **Arab Nationalism: a Historical Analysis**. Pakistan Horizon.v.16. n.1, p. 37-46. 1963. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41392748>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ANDERSON, Lisa. **Demystifying the Arab Spring: parsing the differences between Tunisia, Egypt and Libya**, 2011.

ARAB League Fast Facts. CNN. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2013/07/30/world/meast/arab-league-fast-facts/index.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BBC NEWS. **Profile: Arab League**. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-15747941>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BECK, Martin. **The End of Regional Middle Eastern Exceptionalism? The Arab League and the Gulf Cooperation Council after the Arab Uprisings**. 2015. Taylor & Francis Online. Disponível: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17419166.2015.1037390>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BENSAADA, Ahmed. **Araquesques: Enquête sur le rôle des États-Unis dans les révoltes arabes**. Investig'Action, 2015.

BLANCHARD *et al.* **Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response**. 2018. Congressional Research Service.

CASTRO, Elcinéia Silva de. **Arábia Saudita e a Liga dos Estados Árabes: uma análise sobre a relação entre das ações de combate ao terrorismo, elaboradas pelo governo saudita e as propostas por organização**. 2014. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.120 f.

Central Intelligence Agency – CIAa. The World Factbook. **Tunisia**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ts.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Central Intelligence Agency – CIA. The World Factbook. **Egypt**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Central Intelligence Agency– CIA. The World Factbook. **Libya**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Central Intelligence Agency – CIA. The World Factbook. **Syria**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sy.html>>. Acesso em 10 nov. 2018.

COURBAGE, Youssef. **Os jovens do mundo árabe. Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 48. 2011. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/os-jovens-do-mundo-arabe/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

DALACOURA, Katerina. **The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications**. International Affairs 88: I. 2012.

EGITO, Presidente. Mohammed Morsi. **Egypt: Speech by President Morsi to UN General Assembly**, 2012. Disponível em: <<https://al-bab.com/documents-section/egypt-speech-president-morsi-un-general-assembly-2012>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FERABOLLI, Silvia. **Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista**. Curitiba: Juruá, 2009.

HERZ, Mônica. **Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria**. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006>. Acesso em: 5 out. 2018.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KEOHANE, Robert. **International Institutions: Two Approaches**. International Studies Quarterly, vol. 32, n. 4. 1988. p. 379-396. Disponível em: <<http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/keohane1988.pdf>>. Acesso em: 5 out 2018.

KHADDURI, Majid. **Towards an Arab Union: The League of Arab States**. The American Political Science Review, vol. 40, no. 1, 1946, pp. 90–100. JSTOR, JSTOR. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1949949>. Acesso em: 15 set. 2018.

KHEIR, Karen Aboul. **Egypt: The continuing storm?** In: The International Relations of the Contemporary Middle East: Subordination and Beyond. Routledge, London. 2013.

KHOURY, Nabeel A. **The Arab Cold War Revisited The Regional Impact of the Arab Uprising**. Middle East Policy Council, 2013.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2018.

KRUSE, Mirko. **Case Study on the Role of the Arab League in the Arab Spring**. Grin. 2015. Disponível em: <<https://www.grin.com/document/375616>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LAWSON, George. **Halliday's revenge: revolutions and international relations**. International affairs, 87 (5). pp. 1067 – 1085, 2011.

LEAGUE OF ARAB STATES. **PACT OF THE LEAGUE OF ARAB STATES**, 1945. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/arableag.asp#art2>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **THE ALEXANDRIA PROTOCOL**. 1944. Disponível em: <[Http://avalon.law.yale.edu/20th_century/alex.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/alex.asp)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MEMRI. **In Advance of Arab League Summit In Jordan, Calls In Arab Countries To Reinstatate Syria's League Membership; Syrian Writers Reject Calls For Reinstatement, Saying Syria Will Return Only If Arab League Apologizes to It**. 2017. The Middle East Media Research Institute (MEMRI). Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/advance-arab-league-summit-jordan-calls-arab-countries-reinstatate-syrias-league-membership>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

OLIVEIRA, Guilherme Zeibell da. **A Intervenção Ocidental na Líbia: Interesses Ocidentais e o Papel da Liga Árabe**. BJIR, Marília, V. 4, N. 3, P. 670-693, set/dez, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/isabela-julio/Downloads/3540-Texto%20do%20artigo-18427-5-10-20151222.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conselho de Segurança. Resolution 1970: Peace and security in Africa**. S/RES/1970 (2011). 2011a.

_____. **Conselho de Segurança. Resolution 1973: Libya**. S/RES/1973 (2011). 2011b.

OSMAN, Tarek. **Egypt on the brink. From Nasser to Mubarak**. 3 Ed. New Haven / London: Yale University Press, 2013.

POLGEONOW. **Libyan Civil War Map & Timeline** – July 2018. Disponível em: <<https://www.polgeonow.com/2018/07/libyan-civil-war-map-libya-who-controls-what.html>>. Acesso em 18 nov. 2018.

PROFILE: Sati' al-Husari, 2008. **Al Jazeera**. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/focus/arabunity/2008/01/2008525184249157398.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

RISHMAWI, Mervat. **The League of Arab States in the Wake of the “Arab Spring”**. Cairo: Cairo. Institute of Human Rights Studies, 2013. Disponível em: <<https://www.cihrs.org/wp-content/uploads/2013/09/Arab-Leage.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

RITTER, Scott. **“Digital Democracy” and the “January 25 Revolution” In Egypt**. 2016. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/scott-ritter/digital-democracy-and-the_b_9077082.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ROCHE, Alexandre. **Tensões da Primavera no mundo árabe-sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica**. Conjuntura Austral, v. 2, n. 7, ago-set. 2011.

SYRIAN civil war. In: **BRITANNICA**. 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War/Uprising-in-Syria-2011>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE ECONOMIST. **The Arab Spring, Five Years Ago**. 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2016/01/11/the-arab-spring-five-years-on>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

T. M. **The Arab League’s Role in the Syrian Civil War**, 2014. Inquiries Journal: Social Sciences, Arts & Humanities. Disponível em: <<http://www.inquiriesjournal.com/articles/906/4/the-arab-leagues-role-in-the-syrian-civil-war>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TODD, Emanuel. **Allah n’y est pour rien! Sur les révolutions arabes et quelques autres**. Paris: arrest sur images.net, 2011.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM - UNPD. **Youth and Human Development in Arab countries: the challenges of transitions**. In: ARAB HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2016: YOUTH AND THE PROSPECT FOR HUMAN DEVELOPMENT IN A CHANGING REALITY. 2016. Disponível em: <<http://www.arab-hdr.org/Reports/2016/2016.aspx>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VERICAT, Jose. **Arab Spring Revives Role of the Arab League**. IPI Global Observatory, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

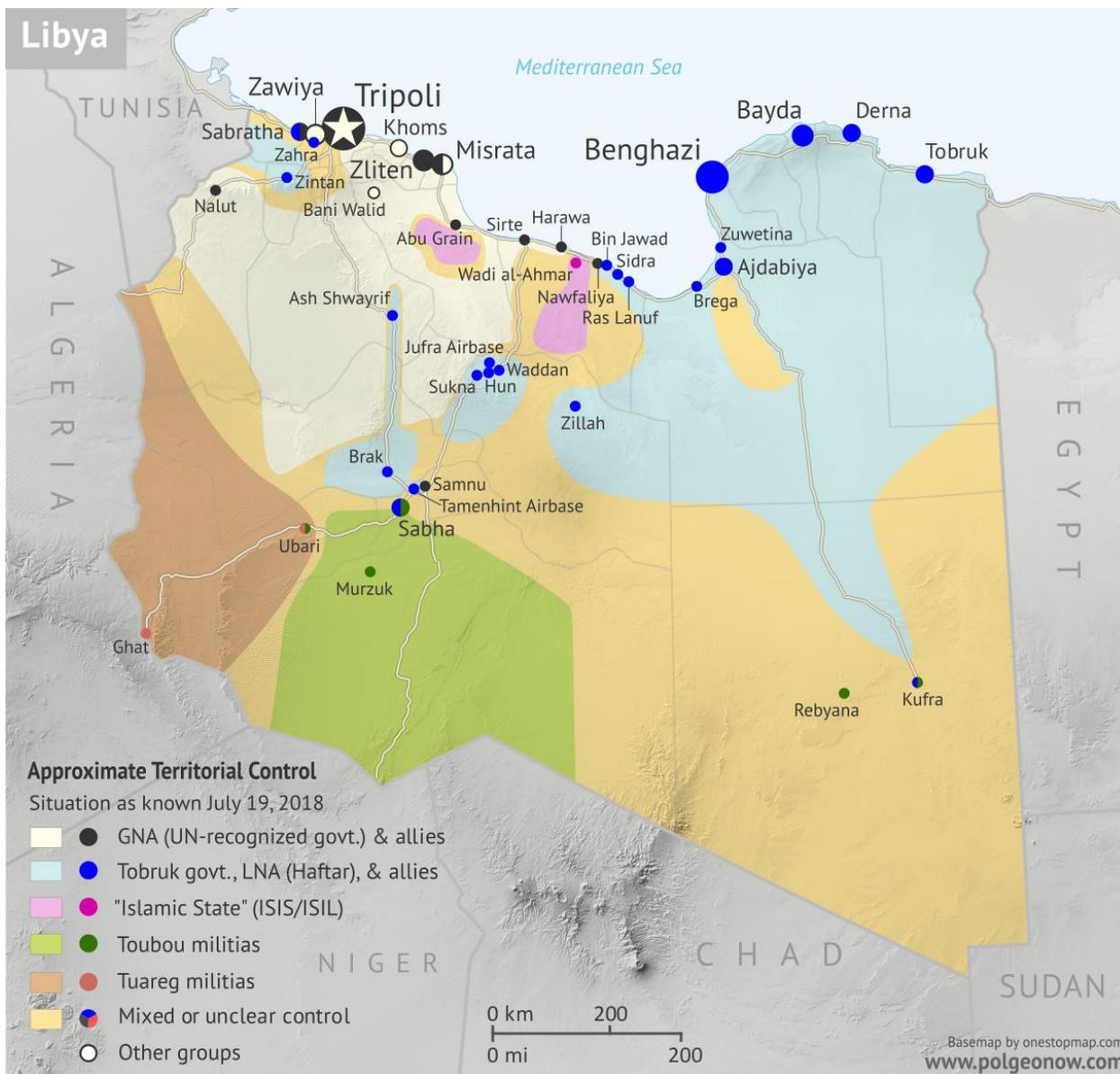
_____. **O grande Oriente Médio: da colonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

_____. **Guia da política externa dos Estados africanos**. Porto Alegre: Palmarinca e NERINT/UFRGS, 2018.

YOM, Sean I. **From resilience to revolution: how foreign interventions destabilize the Middle East**. Columbia University Press. New York. 2016.

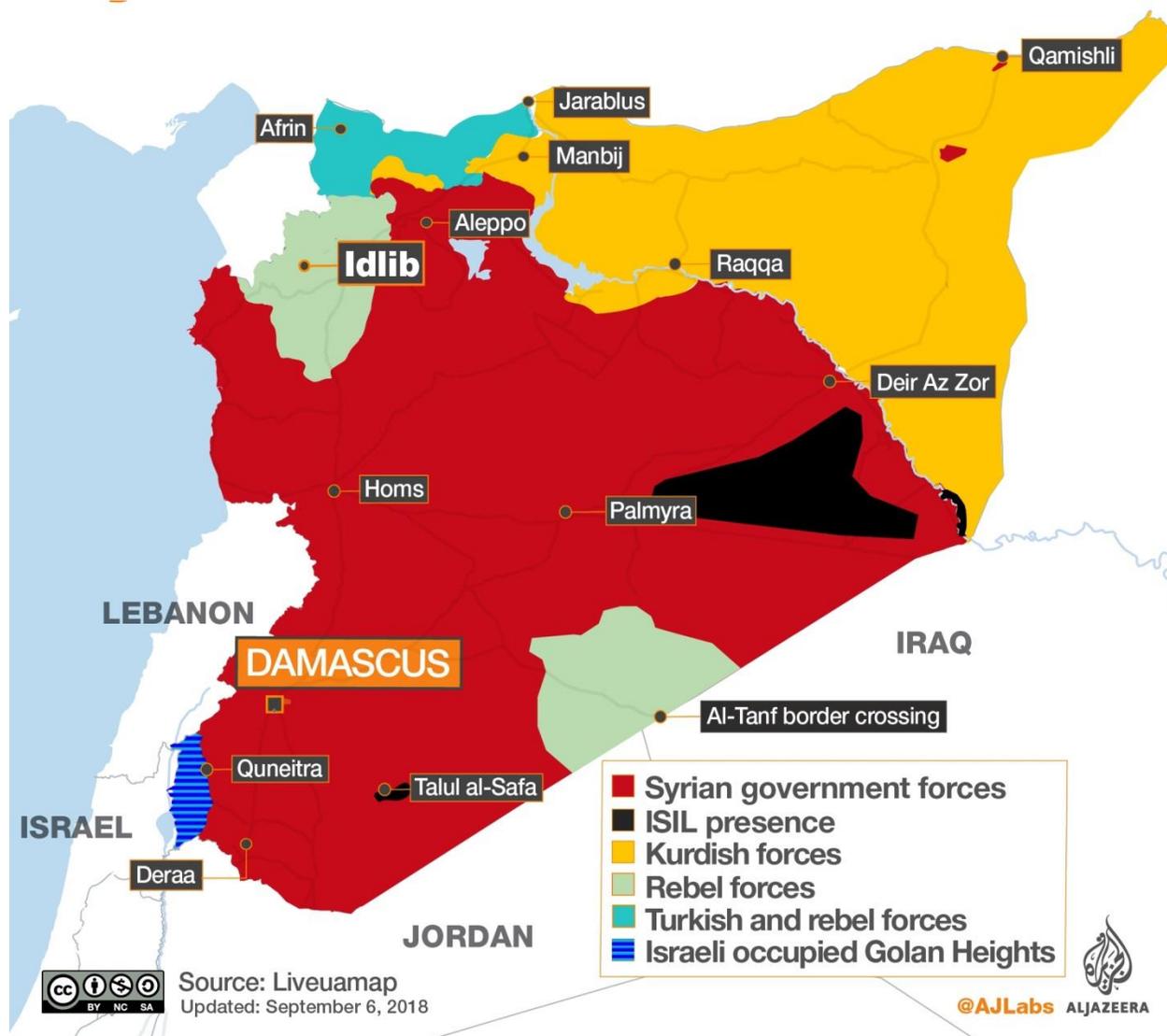
WHITAKER, Brian. **Has the Arab League woken up?** Al – bab, 2011. Disponível em: <<https://al-bab.com/blog/2011/11/has-arab-league-woken-0>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO A – MAPA POLÍTICO LÍBIO (JULHO, 2018)



Fonte: Political Geography Now, 2018.

ANEXO B – MAPA POLÍTICO SÍRIO (SETEMBRO, 2018)



Fonte: Al Jazeera, 2018.

ANEXO C – SÍRIA - MAPA E DADOS



Geography Size: 185,180 sq km (slightly larger than 1.5 times the size of Pennsylvania)

General Population: 18 million (July 2017 est.)

Demographics

Religions: Muslim 87% (Sunni 74% and Alawi, Ismaili, and Shia 13%), Christian 10%, Druze 3%

Ethnic Groups: Arab 90.3%, Kurdish, Armenian, and other 9.7%

Gross Domestic Product (GDP; growth rate): \$24.6 billion (2014 est.); -36.5% (2014 est.)

Indicators of Humanitarian Need

People in need of humanitarian assistance: 13.1 million

Internally displaced persons: 6.6 million

Syrian refugees: 5.6 million

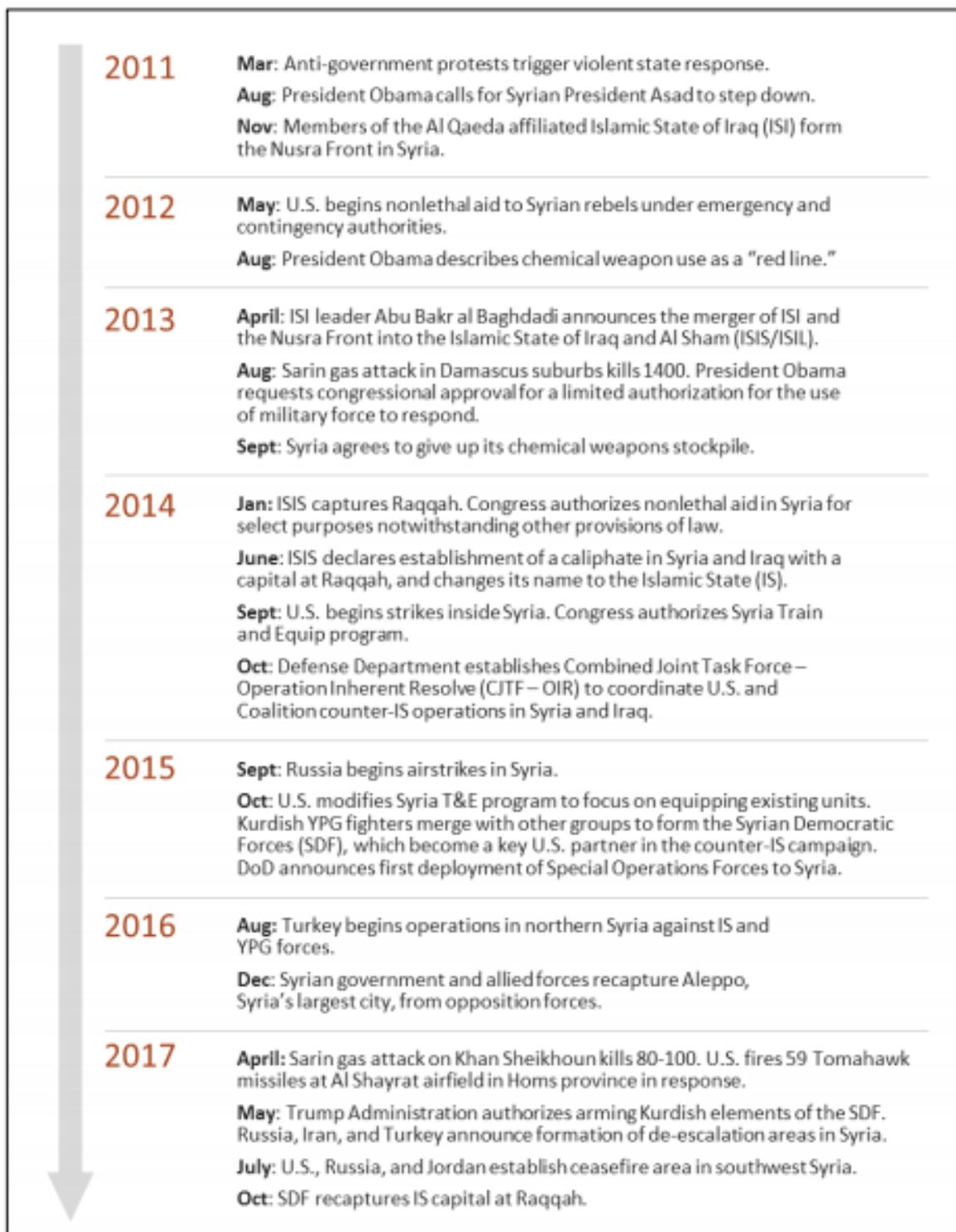
Unemployment rate: 50% (2017 est.)

Population living in extreme poverty: 69% (2018 est., UNOCHA)

Source: CRS using data from U.S. State Department, Esri, CIA World Factbook and the United Nations.

Fonte: Congressional Research Service, 2018.

ANEXO D – SÍRIA – LINHA DO TEMPO



Source: For sourcing and additional details, see **Appendix A** (“Conflict Synopsis”).